

O ANARQUISMO NA HISTÓRIA DE PORTUGAL

Pier Francesco Zarcone *

PREMISSA

A 25 de Novembro de 1975 um golpe de estado militar - coniventes o Presidente Provisório da República, a igreja católica, a embaixada USA, os capitalistas locais, as direitas políticas e sectores da esquerda extrema para combater o **Partido Comunista Português** - acabava com a experiência, aparentemente pré-revolucionária, começada a 25 de Abril de 1974: a assim chamada "revolução dos cravos", que derrubou o governo católico/fascista do sucessor de Salazar, Marcelo Caetano.

Sem os êxitos esperados por uma parte grande do povo português e pelas esquerdas no estrangeiro, concluía-se assim uma temporada política de exaltação que - além da eliminação do regime fascista europeu de mais longa duração - suscitou esperanças tão entusiastas, quanto infundadas, de revolução social. Deste modo fechava-se em Portugal um longo ciclo de convulsões políticas e sociais sangrentas, iniciado em 1807, o ano da invasão napoleónica. Portugal podia juntar-se às democracias burguesas, mais o menos respeitáveis, da Europa ocidental.

O grande movimento de revolta social iniciado no século XIX e que notoriamente se propagou ao nível das massas na Península Ibérica, geralmente é conhecido como a grande epopeia anarquista e comunista libertária de Espanha. Poucos sabem que este fenómeno não deixou indiferente o outro, e não muito falado, Estado da mesma península, Portugal, uma das regiões mais atrasadas da Europa Ocidental, até hoje. Contudo, no longo período de tempo que se estende desde o fim do século XIX, um papel absolutamente decisivo foi desenvolvido por algumas gerações de revolucionários autênticos, que - quer dentro, quer fora de Portugal - podemos justamente incluir no rol dos "esquecidos" da historiografia oficial: os anarquistas portugueses.

Na prática, três factores actuaram para que sobre o anarquismo português caísse um esquecimento quase completo:

- a. a posição muito isolada que Portugal acabou por assumir trouxe menos consideração de boa parte da Europa continental, desde o fim da sua hegemonia marítima (disputada com Espanha, Inglaterra e Holanda); talvez daí advenha que as pessoas de cultura média pouco ou nada saibam em relação a Portugal;

* Pesquisador e membro da Federação dos Comunistas Anarquistas (FdCA), organização anarquista italiana.

- b. a grande importância da epopeia anarquista espanhola na história das revoluções europeias do século passado que também fez concentrar, de modo absorvente, a atenção dos historiadores do movimento anarquista e libertário;
- c. a ocultação propositada, com fins propagandísticos, por parte de "leninistas" em relação às origens anarquistas do PCP; os seus intelectuais orgânicos re-escreveram e divulgaram uma história que não "confundisse" as massas (o mesmo aconteceu na Itália depois do 25 de Abril de 1945).

Assim, são bem poucos os que sabem que graças a estes "esquecidos", o anarquismo - pelo menos até aos anos '40 do século passado - foi a corrente ideológica predominante no meio da classe operária portuguesa. Isto, graças ao trabalho de mulheres e homens que dedicaram a sua vida e as suas melhores energias, físicas e psíquicas, a um ideal altruísta sem pedir nada para si (em conformidade com as suas próprias ideias), que conheceram as perseguições, as prisões e as deportações, a tortura, o exílio, a pobreza e a morte; nem sequer recebendo um "obrigado", caídos no esquecimento no seu próprio país (para os anarquistas é um hábito), mas cuja paixão ainda tem hoje gente devotada, igualmente desinteressada, numa situação geral bem mais difícil do que a da Espanha actual.

A memória do que estas "grandes pequenas" pessoas fizeram merece ser recuperada e mantida, porque se trata de nossos companheiros, dos quais não se pode dizer (usando a expressão de Miguel de Unamuno para estigmatizar a indolência do homem medíocre) que *murieron sin haber vivido*. Só alguns nomes¹: Adriano Botelho, Aurélio Quintanilha, José Correia Pires, Neno Vasco, Francisco Quintal, Jaime Brasil, António Pinto Quartim, Jorge Quaresma, Sebastião de Almeida, Fernando Barros, Adolfo Lima, Júlio Gonçalves Pereira, Armindo Sarilho, José Augusto de Castro, Augusto Godinho, Joaquim Moreira e Silva, António Dias Fontes, Mário Ferreira, Cristiano de carvalho, José Rodrigues Reboredo, Margarida Barros,, Virgínia Dantas, Luís Portela, Aníbal Dantas, Raul Zacarias, António Libório, Arnaldo Simões Januário, Deolinda Lopes Vieira, Clemente Vieira dos Santos, Miquelina Sardinha, Serafim Cardoso Lucena, Manuel F. Correia, Jaime Reselo, António José Ávila, Campos Lima, Darwin Castelhana, António Teixeira Júnior, Almeida Costa, José de Almeida, Adolfo de Freitas, José Vaz Rodrigues, Valentim Adolfo João, António Alves Pereira, Manuel Joaquim de Sousa, Germinal de Sousa, José Francisco, Américo Martins Vicente, Artur Modesto, Augusto Tiago Ferreira, Luís Redondo, Pedro Ferreira da Silva, Álvaro A. De Oliveira, Melena Gonçalves, Mário Azevedo, Soares Lopes, Abílio Ribeiro, João Silva, Miguel Correia, Alberto Dias, António Aleixo, José Marques da Costa, José António

¹Em boa parte tomados desde E. RODRIGUES, História do Movimento Anarquista em Portugal, www.agrorede.org.br/ceca/edgar/AnarPort.html

Machado, Alexandre Belo, Adriano Pimenta, Luísa Adão, Lígia de Oliveira, Eduardo Pereira, José Benedey, Mário Castelhana, Custódio da Costa, Álvaro da Costa Ramos, Pedro Matos Felipe, e muitos, muitos outros.

As páginas que se seguem podem ser vistas como a homenagem que lhes é devida. **“Felizmente fica a história. Felizmente fica a memória”**.²

OS EXÓRDIOS DO ANARQUISMO PORTUGUÊS

1. O contexto do século XIX

Pelo menos até aos anos '70 do século passado foi essencialmente agrícola a economia de Portugal e muito pobre a grande maioria da população - analfabeto, mantida debaixo de uma capa de superstição induzida por uma religiosidade feita de medo e credulidade em milagres imaginários: uma sociedade de classes que - durante todo o século XIX tinha no seu vértice a monarquia enfraquecida da dinastia Bragança, obtusa e parasita como a aristocracia local.

Portugal (e igualmente Espanha) não recuperou nunca da perda do seu grande império colonial e comercial no ultramar, que conseguiu criar através as grandes descobertas geográficas na África, Ásia e América e as navegações oceânicas dos séculos XV e XVI; império que os seus competidores e rivais de Inglaterra e Holanda corroeram progressivamente.

Nos dois Estados da península ibérica as classes dominantes fizeram lucros enormes pelas pilhagens no primeiro período das conquistas e depois pelos comércios e pela exploração dos recursos naturais e da mão de obra nativa e escrava nos territórios do ultramar; igualmente também pelo tráfico maciço de carne humana capturada em África que se prolongou por séculos.

Contudo, os enormes capitais realizados (por poucas pessoas) foram desperdiçados, quer na pompa e na vida luxuosa, quer na construção de obras monumentais, às vezes pouco utilizadas (como o palácio real e convento de Mafra financiado pelos metais preciosos extraídos no Brasil) ou inacabadas (como a basílica da Estrela em Lisboa).

Estes capitais, por outras palavras, não foram transformados em instrumentos para o desenvolvimento económico do país, e por conseguinte não houve nenhum processo de passagem da fase primitiva de acumulação a uma fase - embora inicial - de produção industrial.

Todos os gastos improdutivos da corte, da nobreza e dos ricos deram vantagem só aos produtores e comerciantes estrangeiros que vendiam as custosas mercadorias requeridas pelas oligarquias portuguesas: e foram estes produtores e comerciantes os que realmente extraíram daqui uma vantagem estrutural, usando aqueles lucros avultados para financiar o desenvolvimento industrial dos seus próprios países.

²I. PACO TAIBO II, Arcangeli, Milano 1998, p.195.

A consequência foi que, depois do fim do seu período de grande poder marítimo e comercial, Portugal ficou dominado pelo capital estrangeiro (ou seja, o britânico). Só no fim do século XVIII e no começo do século XIX houve um mínimo de actividade industrial, com todas as características do capitalismo quando não tem o contrapeso de um movimento operário forte: salários de fome e horários de trabalho penosos.

Por causa da situação geral do país, o processo de formação dum movimento operário desenvolveu-se muito devagar. Não se esqueça que a massa da população estava submissa a um cristianismo terrorista espalhado pelo clero católico e que até a 1821 operou em Portugal aquela ferramenta poderosa de controle social e das consciências - assimilável só à ditadura de Estaline - que respondeu ao nome de Santa Inquisição.

De qualquer maneira - e como em todas as sociedades rurais qualificadas de "arcaicas" - as populações rurais constituíram ao longo do tempo e sempre que possível, formas de ajuda mútua, como as "Irmandades", mais ou menos organizadas ou, às vezes, informais. O que, em concreto, criou na população certo um nível de sensibilidade social: pelo menos, no sentido de que, numa série de circunstâncias da vida (construção de uma casinha modesta, morte de um parente, trabalhos para a colheita, reparações após fogos ou tempestades, etc.) nas aldeias, a maioria dos habitantes do país podia contar com a ajuda dos vizinhos.

Uma sacudidela consistente à velha sociedade portuguesa - reaccionária, sonolenta, fechada em si mesma - veio da revolução francesa (embora as classes dominantes não tivessem percebido completamente as suas implicações) e se materializou por um contacto conflituoso e fecundo: a invasão napoleónica (1807-1811). Nã ostante o isolamento cultural e o atraso sócio-económico, as doutrinas liberais relativas aos direitos do Homem e à livre soberania dos povos, cruzaram as fronteiras, aportando a Portugal através de "estrangeiros" vários e de uma imprensa cada vez mais fugidia à censura oficial. E pogressivamente, o país entrou na órbita das grandes disputas europeias.

Depois da derrota francesa, os contrastes entre os reaccionários e os reformadores causaram logo uma guerra civil sangrenta entre absolutistas e liberais (1832-1834), ganha por estes últimos.

Por causa dos acontecimentos da guerra civil muitas pessoas de cultura acompanharam os movimentos das ideias na França e tiveram melhor conhecimento das ideias revolucionárias da época, com referência particular às ideias de Proudhon. Derivou deste conjunto de circunstâncias a formação, quer de uma camada de intelectuais progressistas e simpatizantes do socialismo, quer de militantes operários autodidactas que constituíram o núcleo fundamental da esquerda revolucionária em Portugal.

2. Os primeiros fermentos anarquistas

Na época proto-capitalista a primeira associação moderna de apoio mútuo entre os trabalhadores, foi fundada em 1839 pelo impulso de Alexandre Fernandes de Fonseca em Lisboa: a **Associação Operária Mutualística Portuguesa**. Em 1850 Sousa Brandão e Lopes de Mendonça começaram a publicar o periódico **O ECO DO OPERÁRIO**³ veículo de difusão das ideias proudhonianas e fonte de impulso para o associativismo operário (tenha-se em conta a taxa de analfabetismo então existente no país).

Os dois grandes eventos revolucionários do século XIX na Europa - o nascimento da **Associação Internacional dos Trabalhadores** (A.I.T.) em 1866, e a Comuna de Paris em 1871 - tiveram uma certa repercussão em Portugal⁴ e também alguns entre os maiores intelectuais portugueses da época, influenciados por Proudhon (como Antero de Quental, de Eça Queiroz, Oliveira Martins e Teófilo Braga), manifestaram a sua preferência para com os protagonistas destes acontecimentos e com as suas ideias.

Tanto que, apesar do atraso cultural do país e da acção persistente do clero católico para aquietar as massas, o governo da época começou a ter preocupações sérias pelo aparecimento de ideias radicalmente subversivas. Quando a 16 de Março de 1871 a imprensa deu o anúncio dum programa de **Conferências Democráticas** de Antero de Quental, a começar a 12 do mês, as autoridades apressaram-se a proibi-las, originando protestos de muitos intelectuais (entre os quais Alexandre Herculano).

Com referência à difusão das teorias libertárias foram importantes: a publicação, em 1848, de *O que é o Comunismo* de Henrique Nogueira; a acção de Joaquim Maria Rodrigues de Brito, professor de filosofia do direito na universidade de Coimbra que adoptou como livro de texto *A Mutualidade de serviços* de Proudhon; a missão em Lisboa, em 1871, dos anarquistas espanhóis Francisco Mora, Tomás Gonzales Morago e Anselmo Lorenzo, para criar uma secção portuguesa da A.I.T. Para tal fim eles estabeleceram contacto com Antero de Quental e Jaime Batalha Reis: ao núcleo português aderiram, entre os outros, França de Nobre, Azedo Gneco, José Tedeschi e Sousa Monteiro.

Um ano depois da viagem destes três anarquistas, graças ao compromisso ardente de trabalhadores sinceros e honrados de categorias diferentes, Lisboa teve quase dez mil aderentes nas secções de resistência e Porto quase oito mil.⁵

Em Janeiro de 1872 José Fontana foi o promotor duma **Associação Fraternidade Operária** que se fez representar pelo genro de Marx, Paul Lafargue, no congresso da Associação Internacional

³Por impulso de Lopes de Mendonça e Sousa Brandão.

⁴Sobre assunto é fundamental E. RODRIGUES, *O despertar operário em Portugal (1834-1911)*, Lisboa 1980.

⁵A. LORENZO, *Il proletariato militante*, Catania 1978, p. 122.

dos trabalhadores realizado em Haia. Esta reunião, em Setembro, foi teatro da ruptura entre os marxistas e os bakuninistas por causa da questão do autoritarismo e da sua aplicação organizacional: o partido operário pela conquista do poder estatal.

Nesta altura a influência do pensamento de Proudhon no seio da esquerda portuguesa era notável (junto com a de Owen e de Fourier) - depois sucedendo uma predominância assumida pela influência do pensamento de Bakunin (1814-1876) - ultrapassando os limites dos círculos intelectuais progressistas e introduzindo-se nos ambientes operários à beira duma expansão (em Lisboa e no Porto estava concentrada a recém-nascida indústria portuguesa, e assim será até ao final do regime salazarista).

O proletariado industrial que em 1852 contava poucos milhares de unidades passará a 455.000 unidades e mais em 1900 - todavia não mudando por isto a estrutura predominantemente agrícola da economia portuguesa, com pelo menos 3.500.000 pessoas ocupadas neste sector. Em 1872 as associações de trabalhadores contavam com mais de 10.000 sócios.

Um cunho proudhoniano permaneceu no anarquismo português e conferiu-lhe um certo carácter de positivismo libertário e isto explica a facilidade com que alguns componentes do anarquismo entraram em relação com o republicanismo simpatizante do socialismo de alguns sectores do movimento republicano.

O encontro entre pensamento socialista (num sentido amplo) e associativismo operário produziu a formação quer dum **Partido Operário Português Socialista** (POPS), em 1875 - mais reformista que revolucionário - quer dum movimento anarquista já muito vivo em 1887, que depressa demonstrou ser o mais forte e vital. Associações de classe e actividades culturais de ilustres expoentes da intelectualidade portuguesa foram os instrumentos apropriados para uma difusão do pensamento libertário que se arraigou mais extensamente do que o pensamento de Marx no país.

A vigorosa difusão das ideias anarquistas teve êxitos positivos também em relação ao desenvolvimento das associações de trabalhadores e dos instrumentos de divulgação do pensamento libertário e da luta de classes: entre 1886 e 1900 constituíram-se 12 grupos anarquistas em Lisboa (cidade com cerca de 300.000 habitantes), 4 no Porto (150.000 habitantes), 2 em Coimbra (17.000 habitantes) e 2 noutras localidades. Naquela altura editaram-se 8 jornais em Lisboa, 6 no Porto e 4 em Coimbra; sem falar da miríade de folhetos. E tão eficaz foi a propaganda anarquista que no **Partido Socialista** houve um abalo relevante na quantidade de aderentes. Não se pode esquecer o contributo importante para a formação do anarquismo português dado por Elisée Reclus, que visitou Lisboa e o Porto em 1886.⁶

⁶No período sucessivo foi publicada uma miríade de colecções de folhetos e brochuras com conteúdo anarquista: *Biblioteca do Revoltado*, *Biblioteca do Grupo Anarquista Revolução Social*, *O Mundo Novo*, *Biblioteca dos*

Em Abril de 1887 constituiu-se o **Grupo Comunista-Anarquista** de Lisboa, cuja *Declaração de Princípios* tinha já um conteúdo programático muito maduro e claro. Pouco depois constituiu-se no Porto um grupo análogo, e em Setembro saiu o primeiro número do jornal **Revolução Social**. Os elementos de relevo maior que actuaram no Norte foram Hermenegildo António Martins e J.M. Gonçalves Viana; e no sul João António Cardoso, Tiago Ferreira e José Bacelar.

Naquela altura o mundo ocidental não estava socialmente muito tranquilo, desendolvendo Estados e capitalistas uma repressão selvagem contra o movimento operário. A Comuna de Paris, o suplício dos anarquistas em Chicago, são os acontecimentos mais conhecidos numa difusa situação de guerra social, dum clima que na França conduziu muitos anarquistas à escolha da acção directa ilegal, ou seja atentados à maneira de Ravachol e Emile Henri.

Nesta situação, Portugal não ficou isento e no meio operário geraram-se episódios de "propaganda ilegal pelos factos": por exemplo, o escritor e parlamentar Pinheiro Chagas foi espancado por causa dos insultos que ele tinha dirigido contra Louise Michel, a notável heroína da Comuna; em 1889 foi morto o industrial Cipriano de Oliveira e Silva; em 1890 uma bomba rebentou na sede do Consulado de Espanha, e outra bomba na casa do Conde de Folgosa em 1892; o Rei foi alvo de dois atentados respectivamente em 1893 e 1896; não falando das acções armadas do grupo clandestino chamado **Carbonária Portuguesa**, no qual estavam presentes muitos anarquistas.⁷

O Estado, como é natural, reagiu emanando leis especiais (como a famigerada lei do 13 de Fevereiro de 1896) e recorrendo a uma enérgica repressão: muitos revolucionários e anarquistas foram deportados para Timor, Moçambique e Guiné. Apesar da repressão, as ideias anarquistas continuavam a difundir-se⁸, e também as acções directas: a 1º de Fevereiro de 1908 membros da Carbonária - entre os quais o anarquista Alfredo Costa - na Praça do Comércio de Lisboa mataram o rei Dom Carlos e o Infante Dom Luís Filipe.

Trabalhadores, Biblioteca Anarquista, Biblioteca dos Trabalhadores Anarquistas do Porto, etc. Em 1904 constituiu-se no Porto o Grupo de Propaganda Libertária que deu impulso à criação de centros sociais, actividades sindicais, e organizou manifestações de protesto pela condenação à morte de Francisco Ferrer y Guardia em Espanha.

⁷A organização **Carbonária Portuguesa** nasceu provavelmente entre 1896 e 1897, coexistindo com outras duas Carbonárias, a de Coimbra e a chamada "dos anarquistas": com essa última os confins não foram nunca muito nítidos. A origem da Carbonária Portuguesa deu impulso Artur Duarte Luz de Almeida (1867-1939), e à esta aderiram pessoas de cada classe social: empregados, operários, estudantes, soldados de nível baixo e médio (mas um dos maiores chefes da revolução republicana de 1910, o almirante Cândido dos Reis, era carbonário).

⁸A história do anarquismo português é caracterizada por um proliferar contínuo de jornais e periódicos libertários, que desenvolveram uma acção notável como instrumentos de propaganda e luta. Alguns deles tiveram uma vida muito breve, outros mais longa, e alguns continuaram amiúde as publicações na clandestinidade. Lembramos os mais importantes: *A Revolta* (1892); *A Propaganda* (1894); *O Agitador*, *O Lutador*, *Grito de Revolta* (1895); *A Ideia* (1898); *A Aurora* (1900); *O Proletário* (1901); *A Greve* (1905); *A Sementeira*, *O Despertar* (1908); *O Libertário*, *Paz e Liberdade*, *A Vida*, *A Manhã* (1909), *A Comuna* (1920); *O Argonauta* (1929), etc.

A 4 de Outubro de 1910 começou a revolução que derrubou a monarquia e o dia seguinte foi proclamada a República.

Nesta época, as lutas contra a monarquia, a repressão policial, o clericalismo, o domínio das instituições conservadoras constituíram uma espécie de "terreno comum" ponto de encontro para as acções concretas dos militantes anarquistas, socialistas e republicanos; as persistentes e respectivas diversidades ideológicas repercutiam-se nas diferentes escolhas operativas, como o abstencionismo eleitoral praticado pelos anarquistas.

OS ANARQUISTAS ORGANIZAM-SE. A FAI

O processo de organização entre os vários grupos anarquistas portugueses desenvolveu-se devagar. A primeira e séria tentativa de realizar uma estrutura federal teve lugar em 1902, quando foi criada a **Federação Socialista Livre**, que coligou a acção de grupos de Lisboa, Almada, Setúbal, Algarve, Covilhã, Funchal, etc. Sucessivamente no Porto nasceu em 1907 uma estrutura federativa local que desde 1911 atribuiu-se o nome de **Federação Anarquista da Região do Norte** (FARN), activa até 1914. Em Lisboa, após várias tentativas, constituiu-se em 1911 a **Federação Anarquista da Região Sul** (FARS). E nasceram também a **União Anarquista Algarvia** (UAA) e a **Aliança Anarquista de Coimbra** (AAC), politicamente importantes, mas que tiveram uma vida breve porque golpeadas por uma vaga repressiva.

O movimento anarquista português assumiu em pouco tempo um carácter comunista libertário, arraigando-se decididamente na luta de classes e as suas ideias difundiram-se no meio operário e em parte camponês mais rapidamente do que as ideias republicanas e socialistas. Relevância escassa tiveram, pelo contrário, as tendências individualistas. O influxo maior veio especialmente por Bakunin, Proudhon, Kropotkin, Malatesta, Tolstoj.

E nas lutas do proletariado, um papel de relevo foi desempenhado pelos anarco-sindicalistas, os quais sempre se opuseram ao parlamentarismo burguês, propugnando a greve geral expropriadora e insurreccional (por isso implicando as acções armadas) e o comunismo libertário como organização da sociedade futura.

Além de operários, camponeses e intelectuais, a propaganda anarquista não podia deixar indiferente a juventude estudantil, sobretudo a universitária, influenciando sobre a inteligência e o sentimento. O centro estudantil com mais vitalidade formou-se na Universidade de Coimbra nos anos 1910-11, em particular, na Faculdade de Direito. A seguir, muitos separaram-se do anarquismo, mas muitos outros mantiveram as posições libertárias, enfrentando corajosamente as dificuldades e perseguições dos anos sucessivos (republicanas e fascistas), alguns pagando essa fidelidade com a vida.

Naturalmente, o processo de organização dos anarquistas portugueses ressentiu-se dos acontecimentos quer interiores quer exteriores, a começar pela revolução mexicana (entre os revolucionários anarquistas mexicanos lembram-se Ricardo Flores Magón, Práxedes Guerrero e Librado Rivera).

No início de 1914, aproveitando a detenção da maioria dos militantes anarco-sindicalistas, a **Federação Operária** de Lisboa (de tendência reformista) tentou organizar um congresso de nível nacional. A manobra não teve êxito porque, caído o governo, muitos prisioneiros foram libertados. O congresso teve lugar em Março de 1914, e acabou por levar à aprovação dos estatutos da **União Operária Nacional** (UON) que começou a obrar em Lisboa e Porto, com uma clara predominância dos anarquistas.

Na altura da Primeira Guerra Mundial os anarquistas lusitanos, na maioria, declaram-se publicamente contra o conflito, e alguns deles - depois da decisão do governo português de participar na guerra junto aos Aliados (isto para evitar que a Grã Bretanha, aproveitando a neutralidade portuguesa, pusesse as mãos nas colónias africanas de Portugal) escolheram a deserção. Delegados da UON em Abril/Maio de 1915 participaram no Iº **Congresso Mundial contra a Guerra** organizado em El Ferrol (Galiza) pelo **Ateneo Sindicalista**⁹ desta cidade galega.

Contudo, não faltaram os anarquistas que escolheram uma posição favorável aos Aliados, como os colaboradores do jornal *Germinal*, Emílio Costa, Bernardino Sol, Augusto Machado, etc.

Em Setembro de 1919, em lugar da UON foi constituída a **Confederação Geral dos Trabalhadores** (CGT) que abrangia uniões locais e federações de sindicatos. Como secretário-geral do Comité Confederal foi eleito o anarquista Manuel Joaquim de Sousa, coadjuvado por Miguel Garcia e José Carvalhal.

Os princípios e objectivos fundamentais da CGT eram:

- a organização federativa autónoma dos trabalhadores,
- a luta, fora de qualquer escola política ou doutrina religiosa, pela eliminação do sistema do salário e do patronado,
- a colectivização dos instrumentos de produção,
- as relações solidárias com todas as centrais dos trabalhadores do mundo,
- a eliminação do capitalismo.

O órgão de imprensa da CGT foi desde logo o famoso jornal *A Batalha*, mas a relações entre a confederação e o jornal não foram sempre fáceis, porque *A Batalha* por vezes adoptou atitudes consideradas "reformistas".

⁹Em nome da UON participaram: Mário Nogueira, Manuel Joaquim de Sousa, Serafim Cardoso Lucena, António Alves Pereira, Ernesto da Costa Cardoso; e Aurélio Quintanilha em nome das **Juventudes Sindicalistas**.

Em Maio de 1923, na **Primeira Conferência Anarquista da Região Portuguesa**, que teve lugar em Alenquer com a participação de 45 delegados das várias regiões do país, foi constituída a **União Anarquista Portuguesa** (UAP). Eram tarefas da UAP trabalhar pela reunião dos grupos anarquistas e dar impulso à actividade de organização, propaganda e acção libertária em Portugal, ficando firme a autonomia de cada grupo aderente. Um comité de 5 membros cuidava das relações, da informação, dos inquéritos e das publicações da UAP (boletins, manifestos, etc.).

A UAP estava estruturada em três federações regionais (Norte, Centro e Sul) e foi a mais integrada e coerente organização anarquista de Portugal - apesar de não englobar a totalidade do movimento anarquista - chegando a federar até 40 grupos de militantes, e foi sujeito activo na fundação da **Federação Anarquista Ibérica**. A sua actividade acabou em 1927, sob a ditadura.

Após uma primeira fase de indiferença e cepticismo do meio libertário, a UAP fortaleceu-se, desenvolvendo uma acção muito intensa de organização e propaganda; entrou numa estreita ligação com as organizações operárias e a actividade sindical constituiu uma esfera fundamental para todos os seus grupos e federações que - através dos militantes sindicalistas - exerceram um influxo potente em favor da acção directa com alvos revolucionários.

Além disso, a UAP teve uma influência considerável entre os intelectuais e alguns membros da classe média pelo nível da sua acção de difusão das ideias anarquistas: conferências culturais e científicas, comícios, etc. Dentro da União formaram-se (ou aderiram a UAP) também grupos exclusivamente de camponeses, ou mineiros, ou mulheres

Em 1923 em Évora teve lugar a **Conferência das Organizações Operárias de Espanha e Portugal**: estavam presentes, na qualidade de representantes da espanhola CNT, Ácrato Lluhl, Manuel Pérez e Sebastián Clara; e como representantes da CGT José de Silva Santos Arranha e Manuel Joaquim de Sousa. Afirma Edgar Rodrigues que aquele acontecimento foi de importância fundamental para o anarquismo peninsular, porque do encontro nasceu o impulso *de facto* (se bem que não *de jure*) para a criação duma federação ibérica.

Em concreto, parece que Manuel de Sousa, apoiado por Pérez, propôs a formação duma entidade que unisse os anarquistas da península. Por outra parte, na sua célebre *Historia de la FAI* o espanhol Juan Gómez Casas ignora no total esta reunião.

Com certeza pode-se dizer que em Évora se falou dos problemas logísticos ligados à constituição dum comité sindical peninsular entre CNT e CGT, na óptica duma confederação sindical ibérica. Mas quer em Espanha quer em Portugal tudo se precipitou: em Maio de 1924 a ditadura militar de Primo de Rivera ilegalizou a CNT, dando um golpe terminal ao projecto de confederação entre as duas entidades anarco-sindicalistas.

Depois, a esperança residual foi cancelada pelo golpe militar em Portugal que mudou cabalmente a situação da CGT, declarada fora-da-lei no ano seguinte. Militantes dos dois países foram forçados ao exílio na Europa ou América Latina.

Melhor êxito teve o projecto paralelo que se movia no sentido duma federação entre as entidades anarquistas nacionais da península: este processo começou realmente em 1923, quando espanhóis e portugueses estavam dotados das suas próprias organizações nacionais: o **Comité Nacional de Relaciones Anarquistas** e a UAP. Em Abril de 1925 teve lugar em Barcelona o congresso clandestino dos anarquistas espanhóis, onde o representante português da UAP apresentou o pedido formal de criar uma federação anarquista ibérica. O congresso decidiu a formação duma comissão mista hispano/portuguesa com a tarefa de avaliar a possibilidade de realização da proposta.

Por causa da repressão do governo de Primo de Rivera, o Comité de Relaciones Anarquistas deslocou-se a França, onde, em Maio de 1926, em Marselha, decorreu o congresso da federação local dos anarquistas de língua espanhola, com a presença também de representantes da AIT, da *Unione Sindacale Italiana*-USI (Armando Borghi) e da CGT (Manuel de Sousa).

Naquela ocasião foram aprovadas: a) a constituição da Federação Anarquista Ibérica; b) a implantação transitória da sede do Comité de Coordenação da FAI em Lisboa, por causa das condições adversas para os anarquistas em Espanha; c) a atribuição ao Comité da tarefa de convocar - quando possível - um Congresso Ibérico.

O golpe de estado militar do 28 de Maio de 1926 em Portugal - que deu início ao processo político do qual nasceu a longa ditadura de Salazar - entre outras coisas anulou também o Congresso Anarquista de Lisboa, que se realizou em Valência a 25 de Julho de 1927, data de fundação da FAI geralmente aceite. Neste congresso entre os delegados portugueses participava Francisco Quintal, do Comité da UAP e director do periódico *O Anarquista*. Para o Secretariado do **Comité Peninsular** da FAI foi nomeado Germinal de Sousa (filho de Manuel), com os espanhóis Ruiz e Jiménez.

Edgar Rodrigues julga que o "silêncio" sobre a origem não apenas espanhola da FAI - entidade que os anarquistas de Espanha se inclinam a considerar "coisa deles" - pode ser atribuída a um conjunto de causas, como a obra de destruição da memória histórica e política desenvolvida por 48 anos de ditadura clerical/fascista em Portugal; a característica "atitude" espanhola relativa aos acontecimentos da revolução de 1936, os quais deram uma imagem em aparência só espanhola à FAI.

Na realidade, anarquistas portugueses participaram nas actividades da FAI (como nos plenários nacionais em 1933 e 1936) e - até quando foi possível - constituíram grupos libertários em Espanha, com participação, por exemplo, de Vivaldo Fagundes e José Rodrigues Reboreda.

* * *

Em Portugal nesse tempo, também os comunistas bolchevistas se organizavam. O anúncio da revolução russa foi recebido com muito entusiasmo pelos trabalhadores portugueses, sobretudo nos primeiros dois anos, ou seja até a começarem a chegar notícias sobre repressões sangrentas dos bolchevistas contra anarquistas e revolucionários. Em Portugal, muitos abriram os olhos, mas outros não, como afinal aconteceu noutros países europeus. Assim produziu-se uma fractura também entre os trabalhadores portugueses, pela acção dos bolchevistas locais.

Em 1919 foi publicado o periódico *Bandeira Vermelha*, dirigido pelo pseudo anarquista Manuel Ribeiro, e foi constituída a **Federação Maximalista Portuguesa** (FMP), caracterizada por uma ideologia que misturava bolchevismo, anarquismo e sindicalismo revolucionário: a sua função era preparar as bases operativas para a criação dum partido comunista em Portugal.

A FMP foi dissolvida em Dezembro de 1920, e a 6 de Março de 1921 em Lisboa constituiu-se o **Partido Comunista Português** (PCP). Como se vê, este partido não nasceu duma cisão no **Partido Socialista** (o caso mais comum na Europa), porém pela iniciativa de ex anarquistas e sindicalistas revolucionários.

O PCP tratou logo de encontrar saídas para o problema da sua penetração no interior do proletariado português organizado: o que devia pô-lo em contraposição clara e imediata com os anarquistas, particularmente dentro da CGT. Isto foi manifestado claramente por Jules Droz, delegado da III Internacional moscovita, que no seu relatório a Moscovo sobre Portugal escreveu:

“Em relação à CGT, o trabalho no seio da mesma a favor da Internacional Sindical Vermelha é feito pela minoria sindical que mantém as melhores relações com o partido e que concluiu com ele um pacto pelo qual o partido deixa à minoria sindical o cuidado de conduzir a acção no seio da CGT. Mas o partido impõe aos seus membros a obrigação de aderirem à minoria sindical. Reserva-se o direito de formar em todos os sindicatos os seus núcleos comunistas que apoiarão a acção da minoria e farão propaganda comunista. O partido é o braço direito da minoria sindical e a sua acção é muito importante para a conquista da CGT”.

Em teoria, o objectivo a atingir não parecia simples - no início dos anos 20 os comunistas tinham 50 militantes em Lisboa e 20 no Porto, enquanto os aderentes à CGT eram pelo menos 100.000 no país - mas não impossível.

Em 1921 a CGT rejeitou a proposta de adesão à **Internacional dos Sindicatos Vermelhos** de Moscovo, apesar das pressões e manobras da minoria bolchevista dentro da Confederação. Contudo, no meio dos trabalhadores portugueses a falta de informações amplas sobre a situação real

da Rússia sob domínio bolchevista tinha criado uma confusão de ideias e de posições que o PCP pôde explorar para seu benefício.

O mito da revolução russa (o qual ao longo dum século temos conhecido os resultados devastadores entre os trabalhadores, europeus e não apenas) fez com que alguns passaram do anarquismo para o PCP pelo estímulo dum entusiasmo digno de melhor causa; mas outros fizeram-no sem pensar muito, por curiosidade ou empurrados por amigos e camaradas; outros ainda por rancores ou exigências de afirmação pessoal.

Em 1924 os sindicatos do PCP renovaram, por meio dum referendo, um esforço grosseiro a favor da adesão à Internacional dos Sindicatos Vermelhos, mas o resultado foi totalmente negativo para os bolchevistas: 104 sindicatos pronunciaram-se para o não e só 6 foram favoráveis à adesão.

Em Setembro de 1925 o Congresso de Santarém da CGT confirmou a adesão, ao contrário, à anarco-sindicalista Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). A CGT ainda resistia bem, mas a sucessiva crise da República acabou por abrir o caminho à expansão do PCP no seio do proletariado português, e por derrubar a hegemonia da CGT.

CRISE NA REPÚBLICA

A república parlamentar portuguesa constituiu-se sem a existência duma verdadeira consciência republicana a nível quer de massas, quer de *élites* políticas. A sua Constituição foi aprovada por uma Assembleia Constituinte essencialmente burguesa (funcionários públicos - civis e militares - proprietários de terras, expoentes das profissões liberais), e naturalmente teve um carácter só liberal/democrático, deu à República uma estrutura política e social destinada inevitavelmente a se chocar com as exigências dos trabalhadores. Por isto, a república foi desde o início afectada por uma fraqueza perniciosa: o tratamento radical cedo ou tarde era inevitável, e foi de direita extrema.

O texto constitucional era expressão do programa político duma burguesia de espírito jacobino e livre-pensador, revolucionária somente por comparação ao regime institucional precedente; uma burguesia no total inadequada para as exigências dum país afligido por problemas sociais e económicos gravíssimos. Desatendida ficou a voz de Afonso Costa que tinha solicitado a inclusão de elementos socialistas no programa republicano.

A natureza da classe dirigente republicana contrariou aqueles componentes que tinham uma vontade de resgate social como classe; e naturalmente, pelo seu forte anti clericalismo, descontentou as massas camponesas controladas pelo clero católico, fechadas numa dimensão mental digna do período mais tenebroso da Idade Média., vítimas dum cristianismo feito de medo, ignorância e superstição.

O débil e inadequado edifício republicano foi atormentado quer por lutas sociais violentas, quer por revoltas militares frequentes, com a agravante duma instabilidade governativa endémica. Houve um clima de violência difusa, que se acentuou durante o pós-guerra de 14-18. Neste período, também em Portugal se gerou uma crise económica profunda, agravando as condições de vida dos trabalhadores, já difíceis, e golpeando esta vez a classe média. A intervenção do exército foi naturalmente apoiada pelo patronado. Devem-se lembrar as intencionas militares de Sinel de Cordes e Filomeno da Câmara em Abril de 1925, de Mendes Cabeçadas em Julho do mesmo ano, de Justiniano Esteves, Martins Júnior e Lacerda de Almeida em Janeiro de 1926.

A desorganização geral do Estado, o aumento dos preços, a falta de alimentos, o desemprego, as greves e as violências, faziam ver que a República continha no seu interior um abismo que se tornava cada vez maior, ameaçando engolir tudo. E como é próprio das classes médias, esta situação caótica robusteceu a sua tendência a favor duma solução autoritária para os problemas do país.

O proletariado organizado na UON primeiro, e pela CGT depois, estava disposto a sair à rua, de armas nas mãos, contra as ameaças das direitas políticas, mas trazia consigo reivindicações que a burguesia não podia satisfazer de maneira nenhuma.

A classe dirigente da I República portuguesa - como depois aconteceu à da II República espanhola - acabou por ficar sitiada entre uma direita extrema reaccionária e uma esquerda revolucionária. Quer a direita, quer a esquerda tinham à disposição os maiores *media* da época: *A Batalha*, o grande diário anarco-sindicalista que chegou a ser o terceiro jornal do país, para a esquerda; o *Diário de Notícias* e o *Século* para a direita.

Sintoma da gravidade da situação para a república burguesa foi, por exemplo, uma taxa enorme abstenções nas eleições de 1921 (79%), fenómeno que em 1925 se repetiu (80%). E isto, para a um número de eleitores recenseados que - pela legislação daquela altura - era de cerca de 500.000. Considere-se, depois, que os partidos essencialmente exprimiam os interesses das classes urbanas, de modo que aos camponeses faltava uma representação política dentro do sistema institucional.

Os militares não se deixavam ficar de fora (Forças Armadas e Guarda Nacional Republicana), exerciam uma força notável para com os partidos políticos e dentro deles; força que depois de 1925 foi utilizada para subverter pesadamente a própria República.

O ciclo vital da República até ao golpe de 1926 pode ser articulado, esquematicamente, em duas fases: antes e após a participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial. Na segunda fase os germes da crise foram fatais.

Assim como noutros países a guerra mundial em Portugal favoreceu a realização de lucros enormes por algumas pessoas, sobretudo através de especulações favorecidas pela inflação

galopante (inferior somente à da Alemanha e da Áustria): alvos dela foram também sectores das classes médias que tinham rendimentos fixos. O açambarcamento privado de moedas metálicas, o alto nível de emissão de papel-moeda e o déficit crescente da balança comercial, foram todos eles factores que causaram uma depreciação outro tanto elevada do escudo português.

Como sempre acontece, o preço dos lucros enormes ganhos pelos velhos e novos ricos foi pago pelo proletariado, urbano e camponês, e pelos titulares de rendimentos fixos. A situação política foi a caixa de ressonância duma crise económica e financeira progressiva e acelerada: caos governativo (num período de 16 anos Portugal teve 16 Presidentes da República e 45 governos), fragmentação dos partidos políticos, acção dos *lobbies* para com eles, tentações golpistas crescentes nas Forças Armadas, estrutura económica e produtiva do país muito atrasada, estratificações sociais injustificáveis.

Em Dezembro de 1917, durante a guerra, um golpe pôs no poder um militar, Sidónio Pais (chamado "o Presidente-Rei), que destituiu o Presidente eleito, Bernardino Machado Guimarães, dissolveu o Parlamento, instaurou uma ditadura pessoal e assumiu interinamente a Presidência da República. Para este cargo foi eleito de seguida por sufrágio universal a 28 de Abril de 1918. A 14 de Dezembro do mesmo ano foi assassinado em Lisboa, na estação do Rossio.

A ditadura de Sidónio Pais deixou marcas duradouras na vida política de Portugal, criando uma mentalidade difusa e uma espécie de antecâmara daquela que foi a mais longa ditadura de Europa (1926-1974). Contra os seus opositores Sidónio Pais desencadeou o terrorismo de Estado e o movimento operário foi reprimido brutalmente.

O poder pessoal do sidonismo (o chefe visto como "mandatário da Nação") imprimiu uma resoluta direcção autoritária e anti-parlamentar à história da república, estimulando conspirações e subversões da direita extrema monárquica e dos militares apoiantes dela. Tais conspirações não acabaram quando Portugal voltou ao parlamentarismo (em Maio de 1919 realizaram-se as novas eleições políticas).

Este ano começou mal para a República, com as revoltas monárquicas de Paiva Couceiro no Porto e de Aires d'Ornelas em Lisboa, ambas fracassadas por causa da contra-reacção armada das massas populares urbanas que combateram corajosamente contra os monárquicos. De modo que a 13 de Fevereiro tudo estava já acabado.

Mas se a direita monárquica caiu no descrédito, nem por isso os perigos autoritários desapareceram. Todo o período do pós-guerra foi caracterizado por uma instabilidade política extrema (só em 1920 Portugal teve 7 governos!), um caos administrativo permanente, outras tentativas de golpes militares, atentados, inflação, greves, lutas sociais violentas.

Junte-se a isso a perigosidade da fortemente corporativa GNR, reforçada nos efectivos e no material bélico, que actuava como força de repressão anti-monárquica e anti-operária, mas também

pouco fiel ao governo da República. A força de pressão da GNR para com o mundo da política foi enorme, influenciando decisões e chegando a fazer nomear chefe do governo o seu Chefe de Estado-Maior, Liberato Pinto. O governo que lhe sucedeu, chefiado por Bernardino Machado, acusou Pinto de concussão e a GNR (cujo poder, nas intenções de Machado, devia ficar debilitado pelo escândalo) deu um golpe que causou a queda do governo. De qualquer maneira o tribunal militar condenou igualmente Liberato Pinto.

A GNR organizou uma nova conspiração anti-governativa, originando uma instabilidade ulterior, que desembocou na chamada "noite sangrenta" de 19 de Outubro de 1921, quando vários fundadores da República foram assassinados.¹⁰ O clima de confusão e violência política em Portugal chegou ao grau máximo.

O governo de António Maria da Silva reduziu a GNR ao nível de força armada rural, mas fez do exército a única realidade capaz de intervir com as armas na política, e abriu o caminho ao ataque armado das direita por meio dos militares.

LUTAS SOCIAIS

Após o breve parêntese ditatorial de Sidónio Pais, as classes políticas republicanas tiveram que encarar uma situação económica muito difícil. O governo orientou-se em favor duma política inflacionista baseada na emissão de moeda, com pouca intervenções na economia do país. Mas foi um desejo piedoso pensar poder ficar de fora dos conflitos sociais originados pelas difíceis condições de vida da maioria do povo português. De facto, o governo logo teve que tabelar o preço do pão, instrumento que a acção e as pressões da UON fizeram permanecer por um tempo adequado, porque se manifestava - embora devagar - uma tendência ao aumento dos salários.

Esta capacidade operativa da UON¹¹ não deve maravilhar, porque o proletariado industrial (que passou de 142.000 a 217.000 em 1924), concentrado em Lisboa (38% da população) e Porto (30%), naquela altura tinha interesses convergentes com os doutras classes urbanas - como os trabalhadores dos transportes e do comércio - o que fazia dela um grupo de pressão notavelmente forte. E 50% do proletariado operário aderira aos sindicatos.

Tal era a força do movimento operário que nos anos 1917-1924, quando os conflitos sociais causaram um incremento considerável das greves (cerca de 400), a vida de Lisboa e Porto foi paralisada muitas vezes pela acção dos grevistas. Naturalmente não faltou a violenta repressão policial, seguida por atentados e sabotagens, e a luta do proletariado contra a violência de polícias e

¹⁰Veja-se a revista *História*, n.39/2001.

¹¹Sobre o assunto, E. RODRIGUES, *Os Anarquistas e os Sindicatos*, Lisboa 1981.

patrões levou à criação do *Comité de Defesa Social* e da *Legião Vermelha* (responsável pelo menos de 200 atentados).¹²

Contudo, apesar da violência das lutas sociais fazer pensar (dentro e fora de Portugal) que fosse possível uma revolução social radical, já em 1922 era um dado adquirido o governo e os patrões poderem retomar o controlo da situação. Os governantes - praticamente entre dois fogos - no início tentaram tirar força ao proletariado fazendo recurso à formas iniciais de política social¹³, mas em vão, como se viu a 1º de Março de 1919, quando a UON trouxe à rua pelo menos 30.000 trabalhadores, reivindicando a socialização das terras e indústrias. É um facto sintomático que *A Batalha* se tenha tornado o terceiro jornal nacional.

As pressões do patronado em seguida fizeram mudar de ideia o governo, que abandonou a política social iniciada há pouco. Mas o proletariado organizado demonstrou que tinha ainda uma grande capacidade de luta, de resistência e de mobilização (houve conflitos sociais que demoraram também dois meses); e foi esta força a base da criação da CGT.

A reorganização do patronado deu ao Estado a oportunidade de incrementar a repressão violenta: ocupações armadas de bairros populares, encerramentos de jornais e periódicos do movimento dos trabalhadores, combates armados entre polícias e operários, proclamações de estado de sítio, detenções e deportações. Em 1920 atentados bombistas e sabotagens tiveram uma frequência nunca vista antes; mas por fim, perante a consciência da necessidade de estarem unidos contra o proletariado, agora conseguida pelos capitalistas, bem pouco espaço ficava para o desenvolvimento da tática habitual dos anarco-sindicalistas: forçar à rendição, de cada vez, os sectores mais fracos do patronado e obter depois uma "reacção em cadeia".

O ano 1920 foi o mais violento na luta sindical e os governos tiveram realmente medo da greve insurreccional defendida por muitos militantes da CGT. O momento mais preocupante para a burguesia foi o mês de Janeiro, quando uma greve geral da CGT degenerou em tiroteios entre polícias e operários, com mortos e feridos, e um destacamento da GNR passou para o lado dos grevistas. Porém, o resultado desta luta demonstrou que as coisas tornaram-se piores para os anarco-sindicalistas. O governo do coronel António Maria Baptista agravou a repressão e - o verdadeiro sinal de refluxo - a greve geral foi uma falência.

Abriu-se um período de frustração, agravada pelos contrastes entre libertários e bolchevistas e pela acção do patronado que actuou muito na direcção de separar os operários especializados e os empregados da função pública (os quais tinham uma capacidade de pressão maior) do resto do mundo do trabalho. As lutas sociais, contudo, prosseguiram enquanto as “revoltas da fome” se estendiam do norte ao sul do país.

¹²A.J. TELO, *Decadência e Queda da Primeira República*, Vol. VI, Lisboa 1980.

¹³Foi constituído o Ministério do Trabalho e foram introduzidos o dia laboral de 8 horas e os seguros sociais.

O governo de Liberato Pinto derrotou os ferroviários depois duma greve de 70 dias e o sindicato teve que negociar com a empresa a reintegração dos trabalhadores e em troca da libertação dos companheiros presos teve que renunciar ao horário laboral de 8 horas. A derrota foi pesada e a CGT nunca voltou a obter uma vitória importante. Além disso, a constituição do PCP quebrou a unidade do proletariado português: trata-se, todavia, duma consequência daqueles acontecimentos, mais do que duma causa.

É inegável que a falência substancial da luta da CGT - desenvolvida só ao nível económico e não ao nível político - não podia senão empurrar vários militantes à procura de alternativas revolucionárias que lhes apareciam como de amplitude maior (infelizmente tratou-se do bolchevismo). Outros descontentes refluíram no terrorismo individual.

Os bolchevistas não perderam tempo, e desenvolveram uma acção especificamente dirigida à desagregação da CGT, e não se coibiram de dar lugar a campanhas de descrédito contra estimados expoentes anarquistas - como Manuel Joaquim de Sousa - contrários às manobras do PCP para com a CGT e dentro dela.

Alguns militantes aderiram de maneira patente ao PCP (talvez para serem depois expulsos quando não serviram mais, ou serem molestados pelos seus resíduos libertários). Outros, ao contrário, actuaram às escondidas (como Fernando de Almeida Marques, ocultamente em ligações com Bento Gonçalves, na altura secretário do PCP).

O progressivo enfraquecimento do proletariado - estreito entre as derrotas das lutas sindicais e as divisões interiores - e o paralelo fortalecimento do patronato e das suas ligações com as Forças Armadas no final do período, criaram um contexto favorável a um golpe de força direitista definitivo que alcançasse dois objectivos: o desmantelamento do movimento dos trabalhadores e uma nova estruturação do poder político fora da fraqueza parlamentar.

Em 1924 pareceu que a política do governo se poderia mudar num sentido mais favorável aos interesses do povo, se bem que compatível com o sistema dominante. De facto, a positiva vaga emocional produzida nos sectores republicano de centro/esquerda pela vitória eleitoral do cartel das esquerdas na França - que em Maio de 1924 conduziu ao governo radical/socialista de Eduard Herriot - fez com que em Novembro daquele ano se formasse em Portugal um governo burguês de esquerda, presidido por um político honesto, José Domingues dos Santos.

Este, no início de 1925 atacou directamente a especulação dos bancos e contrariou a confederação patronal, *União dos Interesses Económicos*. O seu governo (não apoiado formalmente pela CGT, mas não combatido por esta) chegou a atacar os privilégios das assim ditas “forças vivas da Nação”, e por isso em Fevereiro de 1925 Domingues dos Santos dissolveu a *Associação Comercial de Lisboa*, pela sua actividade anti-governativa.

A 6 de Fevereiro o governo recebeu nas ruas o apoio dum grande manifestação popular, promovida por associações republicanas apoiadas pela CGT, o *Partido Socialista* e o PCP. Mais em vão. No mesmo mês o sector "moderado" da coligação governativa fez cair o governo, e nada pôde fazer para soçobrar a situação a imponente manifestação popular que teve lugar em Lisboa a 13 de Fevereiro, com participação de todas as forças de esquerda (parlamentária e não).

DITADURA E RESISTÊNCIA

Quando a 28 de Maio de 1926 um golpe militar chefiado pelo general Manuel de Oliveira Gomes da Costa derrubou a República liberal/democrática, não houve ninguém para a defender.

Santos Arranha, director de *A Batalha*, participou como representante da CGT numa reunião de militares e civis no quartel do Carmo, da GNR de Lisboa, para tentar a organização dum bloco de forças que contrariassem as tropas de Gomes da Costa em marcha de Braga, rumo a Lisboa. Mas a tentativa faleceu pela insipiência dos políticos burgueses.

Não faltaram tentativas sucessivas de resistência. No Porto teve lugar uma reunião organizativa com a participação de delegados da CGT (Clemente Vieira dos Santos), da UAP (Abílio Ribeiro), da *Federação das Juventudes Socialistas*, da *Câmara Sindical* do Porto, do *Comité de Propaganda Anarquista do Norte* (Fernando Barros), dos jornais *A Batalha*, *A Comuna*, *Grito da Juventude*, *Jornal de Notícias*.

A 3 de Fevereiro de 1927 houve no Porto uma revolta contra o regime chefiada pelo general Sousa Dias, com forte participação popular e libertária, mas foi derrotada militarmente em pouco tempo, com muitas dezenas de mortos e centenas de detenções e deportações. Em Maio *A Batalha* foi fechada pelas autoridades.

Naquela altura da história da resistência antifascista portuguesa a CGT assumiu uma posição que queria conciliar exigências práticas e razões ideológicas. Por isso, a confederação foi activa participando nas tentativas insurreccionais, mas não se uniu nunca às batalhas em favor da restauração da ordem constitucional da I República; e considerou a sua associação às revoltas de "natureza técnica", sem implicações na direcção dum movimento que unisse todos os grupos e partidos antifascista.

Na realidade cada um pensava nos seus interesses: os bolchevistas do PCP actuaram muito, muito pior fazendo nascer as suas fortunas das desgraças alheias que mesmo eles causaram, mantendo naquela fase delicada da luta uma atitude ambígua, para não dizer outra coisa. Assim, no 1º de Maio de 1928, os comunistas dirigidos por Bento Gonçalves, fizeram todo o possível para a falência da festa dos trabalhadores, organizada pelos anarco-sindicalistas.

Em 1929 a UAP foi declarada fora-da-lei e os anarquistas - mudadas as condições exteriores - experimentaram outra estrutura, territorial e não mais baseada nos grupos de afinidade: na região do Porto manteve-se a preferência para os grupos de afinidade.

Em Abril de 1928 António de Oliveira Salazar - um clerical reaccionário, professor de Economia Política e Ciência das Finanças na Universidade de Coimbra - recebeu o cargo de Ministro das Finanças no governo da ditadura militar, conseguindo logo o controlo total do aparelho governativo e em 1932 foi nomeado Presidente do Conselho.

Em condições progressivamente mais difíceis, até à clandestinidade, devido ao reforço do regime militar e à criação sucessiva do Estado Novo fascista que Salazar quis em 1933, prosseguiu - nos limites do possível - a luta dos militantes anarquistas e libertários. Ainda em 1929, foram editados dois novos periódicos de propaganda.

Também o PCP (estruturado diferentemente) organizava-se melhor, em especial no nível sindical. Os comunistas criaram uma *Comissão Intersindical*, mentor Daniel Neto Botelho, que teve uma vida muito breve. A CGT, para contrariar a actividade bolchevista criou uma *Comissão Interfederal*, e esforçou-se para poder publicar *A Batalha*, pelo menos semanalmente, mas - por causa das incessantes intervenções censórias - o periódico passou a ser publicado clandestinamente, quando possível.

A resistência armada contra o regime continuou, mas as revoltas de populares e militares falharam todas.¹⁴

Os anarquistas não desistiam. Na fortaleza de São João Baptista os prisioneiros libertários criaram um jornal escrito à mão, e no Porto (cidade onde a intensidade da repressão foi um pouco mais leve do que em Lisboa) intentou-se reconstituir uma imprensa libertária (*O Germinal*, *A Vida*, *A Aurora*). E no verão de 1932 foi criado o *Comité Regional Organizador das Juventudes Libertárias*. A organização das Juventudes Libertárias actuou até a década de 50 e desenvolveu - apesar das dificuldades que é fácil imaginar - uma acção propagandista muito intensa, e mais o menos regular. Continuou a publicar-se *A Batalha* e a difundir panfletos com a sigla da CGT para manter viva a imagem da confederação.

No final de 1931 foi organizada a *Aliança Libertária de Lisboa* - por impulso de Emídio Santana, Manuel Joaquim e Germinal de Sousa, militantes da Graça, de Campo de Ourique, Alcântara, Belém, Santo Amaro - que no mesmo ano enviou um delegado ao Congresso da FAI em Madrid. No Barreiro formou-se o grupo *Terra e Liberdade* (que publicou o jornal homónimo); no Porto a *Federação Anarquista do Norte*; no sul a *Aliança Alentejana* e em Setúbal a *Aliança Libertária Portuguesa*.

¹⁴A 7 de Abril de 1927 no Porto; a 20 de Julho de 1928 em Lisboa; em Abril de 1931 na ilha de Madeira; a 26 de Julho de 1931 em Lisboa.

Todas estas organizações foram alvos duma repressão intensa e centenas e centenas de militantes foram deportados.

Sempre em 1931 foi publicada a segunda edição do livro *O Sindicalismo em Portugal*, de Manuel Joaquim de Sousa; e António Botelho escreveu *A Conquista do Poder*, cuja edição foi cuidada por Álvaro Costa e Emídio Santana.

Em 1932 uma greve geral coordenada pela CGT contra a baixa dos salários - decidida por Salazar no quadro da sua política de saneamento das finanças e da economia - faliu pela sabotagem do PCP, que não tinha interesse nenhum num sucesso dos anarco-sindicalistas.

O ano 1933 foi fundamental na história do regime de Salazar, porque viu a criação do Estado Novo e as reformas legislativas inerentes: nova Constituição; reforma das Forças Armadas e da justiça; partido único (a *União Nacional*); nova lei de imprensa; Estatuto do Trabalho Nacional (imitação da *Carta del Lavoro* de Mussolini), com o objectivo de dissolver os sindicatos livres, transferir as suas propriedades ao Estado e depois aos "sindicatos nacionais", estruturados conforme um esquema corporativo; criação do Instituto Nacional do Trabalho; organização corporativa da sociedade e negação conceptual do conflito de classes; obrigação para os sindicatos de se enquadrar na nova ordem corporativa, evitando assim a dissolução; proibição da greve; interdição de aderir às federações sindicais internacionais.

Este *corpus* normativo fez com que a CGT - independentemente da sua situação de ilegalidade perdesse as possibilidades reais de obrar como confederação sindical (embora clandestina).

Adequou-se primeiro o sindicato dos vidreiros da Marinha Grande, controlado pelo PCP por meio de José Sousa - Armando Correia Magalhães. A CGT esforçou-se por contrariar a legislação salazarista (o Estatuto do Trabalho Nacional entrou em vigor a 1º de Janeiro de 1934) e organizou um *Comité de Acção*¹⁵ que preparasse uma greve insurreccional. Esta foi programada para o 15 de Janeiro de 1934, e também os sindicatos controlados pelo PCP aceitaram a data.

Desde o início as coisas não marcharam na direcção justa: antes foi preso José Francisco, e a 12 de Janeiro foi a vez de Mário Castelhana, que possuía o esquema operativo da revolta - denunciado à polícia (e o denunciante sabia bem o conteúdo dos documentos detidos por Castelhana!). Isto acabou por dar um golpe decisivo à CGT: beneficiária única foi a comunista *Comissão Intersindical*, que naquela altura podia contar só com 6 sindicatos, e somente em Lisboa.

Preso Castelhana, a CGT pediu um afastamento da greve insurreccional por poder aclarar a situação, mas ... a *Comissão Intersindical* opôs-se em nome das exigências superiores das massas! E quando tudo estava disposto para começar a insurreição, a "fatalidade" quis que a Ernesto Ribeiro

¹⁵Muito activos foram nisto Mário Castelhana, José Francisco e Manuel Henrique Rodrigues. O Comité foi composto por Acácio Tomás de Aquino, Custódio da Costa e Serafim Rodrigues.

- militante do PCP e da *Comissão Intersindical* - explodisse uma bomba na rua, pouco antes do início da revolta: o que determinou a intervenção de polícia e exército, os pontos estratégicos de Lisboa foram controlados e centenas de militantes revolucionários presos.

Contudo a revolta começou igualmente em Leiria, Marinha Grande, Coimbra, Porto, Alentejo, Algarve, mas acabou por ser reprimida pelas tropas fiéis ao governo. Particularmente furiosos foram os combates na Marinha Grande, onde os populares atacaram as instalações da GNR, apoderaram-se de todas as armas disponíveis e resistiram dois dias aos assaltos da tropa.

O facto é (como comentou com clareza extrema Adriano Botelho nas suas memórias) que o PCP não podia de maneira nenhuma consentir o sucesso duma insurreição organizada pela CGT, senão pagando o preço da falência do seu programa de hegemonia do movimento dos trabalhadores. Manifestando o habitual cinismo dos bolchevistas, Bento Gonçalves atribuiu à CGT a culpa da falência da revolta e deu à insurreição o nome de "anarquizada".

Depois deste trágico episódio, a CGT - alvo duma vaga repressiva que produziu outras centenas de prisões e deportações - não constituiu mais um perigo real para o PCP, embora este tivesse que se fatigar ainda muito até poder conseguir uma consistência maior¹⁶ e ocupar dentro da classe operária portuguesa o espaço antes ocupado por anarquistas e anarco-sindicalistas.

As terríveis prisões de Angra do Heroísmo, na ilha de Terceira e do Tarrafal em Cabo Verde, encheram-se de militantes libertários. Assim, o regime fascista expulsou da sociedade portuguesa todos os opositores mais perigosos (porque realmente revolucionários), e ao mesmo tempo, varreu o que constituía o verdadeiro impedimento para que o PCP conseguisse o controlo do proletariado português. Não houve a matança em massa, à maneira de um Franco em Espanha: mas o resultado foi politicamente o mesmo.

Como notou Edgar Rodrigues, os vencedores foram duas forças aparentemente antagónicas: os fascistas e os bolchevistas. O PCP, apesar do seu desejo de actuar legalmente, foi declarado forada-lei e também os seus militantes forçados à clandestinidade. Naquela altura o *Partido Comunista* robusteceu muito a estrutura organizativa no estrangeiro (pela ajuda da URSS) e constituiu em Portugal núcleos clandestinos de fábrica.

Se bem que o regime tivesse desmantelado e destruído o movimento anarquista a voz dos libertários não se apagou totalmente. A resistência prosseguiu na clandestinidade: não foi fácil sustentar a esperança, mas a perseverança foi digna de admiração.¹⁷ Clandestinamente continuaram a ser publicados os periódicos *A Batalha* e *O Libertário*. *A Batalha* sobreviveu até ao 1950, e reapareceu em 1974.

¹⁶O relatório enviado pelo PCP ao VII Congresso da Internacional Comunista em 1935 falava de apenas 400 membros em Portugal.

¹⁷E. RODRIGUES, *A resistência Anarco-Sindicalista em Portugal*, Lisboa 1981; *A oposição Libertária à Ditadura*, Lisboa 1982; *O Porto Rebelde*, Porto 2001.

A polícia descobria um grupo, e outro logo se constituía. Alguns militantes chegaram a instalar uma rádio libertária - a famosa *Rádio Fantasma* - que, como escreveu Edgar Rodrigues, roubava o sono aos polícias com as suas emissões que desmentiam continuamente as notícias difundidas pela rádio do regime.

Os anarquistas exilados eram muito numerosos na França, Espanha, Suíça, Bélgica, Argentina, Brasil, América do Norte. Em Paris, os exilados criaram um primeiro embrião federativo e em 1932 em Espanha, onde se refugiaram muitos anarquistas depois da constituição da II República espanhola, foi efectivamente criada a *Federação Anarquista dos Portugueses Exilados* (FAPE), e nasceram núcleos dela em cidades espanholas (Madrid, Barcelona, Valência), Paris e América Latina.

GUERRA DE ESPANHA E PÓS-2ª GUERRA: A PARALISIA

Iniciada a revolução espanhola a 19 de Julho de 1936 vários exilados anarquistas com entusiasmo imutável e, como sempre, sem pedir nada foram a Espanha combater contra os franquistas junto aos camaradas da FAI. Alguns nomes: Germinal de Sousa (filho de Manuel Joaquim, foi delegado político da coluna *Tierra y Libertad*), Aníbal Dantas, José Marques da Costa, José Agostinho das Neves, Firmo Matos, Francisco Taveira, Jaime Brasil, José Gonçalves Lima, José Rodrigues Reboredo, Manuel Boto, Manuel Firmo, Manuel Francisco Rodrigues, Manuel José Lourenço, Raul Pereira dos Santos, etc. E com os camaradas espanhóis ficaram entalados numa "tenaz" constituída pelos fascistas e pelos estalinistas do PCE/PSUC.

Também no seio do anarquismo português a entrada de representantes da CNT/FAI no governo republicano - na sequência da revolta dos militares Franco e Mola, iniciando-se uma guerra civil - provocou polémicas, debates e oposições (lembramos as críticas de Adriano Botelho e Vivaldo Fagundes), mas todos cumpriram com o seu dever revolucionário.

Durante a guerra espanhola prosseguiram as tentativas de lutar contra o regime de Salazar e de o derrubar pelas armas. Nos dias 20 e 21 de Janeiro de 1937 elementos libertários foram autores de atentados bombistas contra a Casa de Espanha e duas emissoras radiofónicas que difundiam propaganda fascista - *Rádio Clube Português* e a *Emissora Nacional*. E no mesmo ano três navios da Armada (*Dão*, *Afonso de Albuquerque* e *Bartolomeu Dias*) amotinaram-se nas águas do Tejo contra o regime e a sua política de ajuda militar a Franco. Mas também esta revolta não teve sorte: os navios dos rebeldes foram alvejados por canhões e as tripulações forçadas a se render, aumentando assim o número dos encarcerados e deportados.

A 14 de Julho de 1937 o conhecido anarquista Emídio Santana, com outros companheiros, organizou um atentado bombista contra o próprio Salazar, que infelizmente não teve êxito.¹⁸ E nos anos 1937 e 1938 houve a última vaga de detenções de militantes anarquistas.

O trágico desfecho da guerra de Espanha afectou naturalmente os combatentes e exilados portugueses, unidos num só destino com os camaradas espanhóis, uma vez impedido regresso a Portugal: a fuga rumo à França - para os que conseguiram fugir - trouxe o inferno dos campos de concentração, reservados pelo governo burguês de França a milhares de civis e combatentes da guerra civil.

Alguns anarquistas portugueses puderam escapar para América Latina¹⁹, alcançando os camaradas que já aí estavam. A FAPE não sobreviveu à derrota da revolução espanhola.

Os anarquistas em Portugal - sem possibilidade de obterem ajudas, nem refúgio noutra país da península ibérica; internacionalmente abandonados e sem recursos; oprimidos por um regime policial que sem hesitações encarcerava, torturava e matava; sem debates interiores impossibilitados pela clandestinidade - foram vivendo dificilmente durante cerca de trinta anos.

No início da Segunda Guerra Mundial a repressão salazarista - que nunca se reduziu, ao ponto do movimento sindical clandestino desaparecer totalmente - tornou-se mais pesada, e chegou ao seu cume nos anos 1939 e 1940, aproveitando uma conjuntura favorável para os fascismos europeus.

Mas as consequências económicas da guerra manifestaram-se cedo, apesar da neutralidade portuguesa. Algumas pessoas (e empresas), como de costume, enriqueceram-se, mas houve também falências de empresas pequenas e médias e, alguns sectores da pequena burguesia acabaram por ser proletarizados. Tudo isso deu fermento ao regresso das agitações sociais e em 1942 a greve apareceu outra vez na cena política portuguesa.

E manifestaram-se também os anarquistas. As *Juventudes Libertárias* procuraram a reorganização do movimento anarquista, tendo três objectivos: fortalecer a própria organização, reconstituir a CGT e reorganizar a FARP. Este último propósito foi logo abandonado pelas evidentes dificuldades.

A CGT reapareceu em 1945 mas, sem as estruturas que tinha antes da ditadura e faltando as novas e mais idóneas à altura - não conseguiu sobreviver além de 1950, quando desapareceu definitivamente.

Sabe-se que o regime salazarista, como o franquista em Espanha, não foi arrastado pela derrota de Hitler e Mussolini. Salazar teve tempo bastante para compreender o novo rumo da

¹⁸E. SANTANA, *História dum atentado - O atentado a Salazar*, Mem Martins 1976.

¹⁹Ficaram na Argentina José de Brito e Vivaldo Fagundes; em Brasil Neno Vasco, António Costa Carvalho, Tércio Miranda, Jorge Campelo, Pinto Quartim, Roberto das Neves, Pedro Ferreira da Silva, Inocêncio Câmara Pires, Fernando Neves, Miguel Lopes, António Corrêa Ramiro da Nóbrega, Diamantino Augusto, Luciano Trigo.

história e ligou estreitamente Portugal aos interesses do capitalismo ocidental vencedor e do imperialismo anglo/americano: apropriados acordos monetários puseram a economia portuguesa debaixo do controlo do capital estrangeiro mais estreitamente do que antes; durante a guerra, Salazar cedeu bases militares nos Açores, como sinal duma neutralidade colaboradora que lhe trouxe reconhecimentos duradouros até à admissão à ONU e à NATO.

Naturalmente a natureza fascista do regime não mudou: houve um mínimo de cosmética formal e pseudo liberal - que podia encantar só os que já tinham decidido de se deixar encantar, ou seja os Aliados, que precisavam de Portugal para um papel anti-revolucionário e anti-URSS, assim como precisavam de Espanha, apesar de Franco.

De qualquer modo, em Portugal, os poucos libertários devolvidos à liberdade ou em estado de liberdade vigiada²⁰ utilizaram todas as falhas (bem que mínimas) da espessa malha repressiva do regime. De vez em quando saía algum número de *A Batalha*, e havia sinais de existência dos anarquistas. Com o esgotamento das referidas tentativas das *Juventudes Libertárias*, houve uma dispersão dos militantes anarquistas sobreviventes, mas nem todos abandonaram a luta: alguns colaboraram com o *Movimento de Unidade Democrática* (MUD); outros actuaram em cooperativas e associações, nem faltaram os que procuraram participar nas tentativas de organizar uma luta armada contra o salazarismo como, por exemplo a *Liga de Unidade e Acção Revolucionária* (LUAR), fundada em 1967 por Emídio Guerreiro (mação, e combatente na guerra de Espanha com a República) e José Augusto Seabra, composta por elementos de esquerda e libertários: assinados pela LUAR foram os assaltos ao Banco de Portugal na Figueira da Foz e à sede da 3ª Região Militar em Évora.

Os anarquistas não tinham possibilidade de fazerem mais, pela falta de aparelhos, ajudas, ligações internacionais, que - pelo contrário- tinha o PCP. Esperemos que um dia os historiadores dediquem um estudo cuidadoso para aclarar bem o papel desenvolvido pelo PCP nos anos da ditadura. A função dos comunistas estalinistas foi sobrevalorizada pela propaganda quer salazarista quer do próprio PCP, sem por isso tirar nada a tantos militantes comunistas (contudo não só eles) encarcerados e torturados pelo regime.

A derrota espanhola e a nova ordem internacional nascida da Segunda Guerra Mundial causaram problemas grandes de acção e de posição ao movimento anarquista de todos os países ocidentais. Em resumo: um dos pilares do anarquismo internacional até à década de 30 do século passado consistiu na preparação da revolução social com a confiante expectativa dela acontecer.

²⁰Como José Augusto de Castro, Augusto Godinho, João Vieira Alves, Francisco Quintal, Manuel Joaquim de Sousa, Aníbal Dantas, Raul Zacarias, José Rodrigues Reboredo, António Libório, Rodrigo Ferreira, José de Almeida, Adriano Botelho, José Soares Lopes, Júlio Gonçalves Pereira, Almeida Costa, Fernando Barros.

Mas, desde o início do século até ao fim do segundo conflito mundial, três acontecimentos incidiram pesadamente e fizeram com que:

- a expectativa revolucionária desapareceu para os anarquistas;
- só os comunistas anarquistas trabalharam nesta direcção apesar de actuarem em condições péssimas, ignorados e amiúde combatidos por outros sectores anarquistas, para os quais a revolução social é uma gloriosa lembrança do passado, um acontecimento irreal hoje e amanhã (e talvez pouco desejável).

Os três acontecimentos causa deste estado de coisas foram:

- a. a revolução russa, morta pelas armas dos bolchevistas e pelo sucessivo e feroz totalitarismo;
- b. a revolução espanhola - a única na Europa ocidental após a Comuna de Paris - arrastada pela acção convergente de fascistas e estalinistas, com a diferença que em Espanha os anarquistas começaram a criar uma sociedade nova, comunista libertária;
- c. a situação internacional de confronto entre dois blocos políticos e militares depois do 1945.

Em Portugal quando já estava claro o rumo trágico da revolução russa, e delineava-se o conflito com os bolchevistas, alguns anarquistas manifestaram e exigência de voltar a meditar sobre o papel e a importância da educação colectiva para a revolução social, evitando que dum revolução prematura derivarem velhos ou novos tipos de Estado - proletário ou burguês sempre Estado é. E foi posto o problema da efectiva possibilidade de realizar o comunismo libertário logo depois da revolução. Após o entusiasmo inicial produzido pela revolução espanhola, o curso dos acontecimentos fez reabrir o problema.

A experiência da luta sangrenta e traidora desenvolvida pelos estalinistas espanhóis contra os anarquistas influiu no meio libertário de maneira que vários sectores se distanciaram quer da revolução quer daquele projecto comunista libertário que desde Bakunin foi a alma do anarquismo histórico e foi vivido por muitos que participaram na revolução espanhola e depois o abandonaram.

Um exemplo sintomático disso, e de relevo, no anarquismo português foi o caso de Germinal de Sousa, personagem saliente da FAI. Na nova situação internacional, razoavelmente preocupado pela férrea hegemonia dos partidos comunistas nos movimentos operários de Itália, França, Espanha e Portugal, e pela capacidade de infiltração deles, de Sousa deslocou-se a favor de um anarquismo não mais de classe, porém centralizado na defesa simples da liberdade e favorável ao bloco ocidental.

Na história do anarquismo contemporâneo o "divisor de águas" decisivo foi a derrota anarquista em Espanha, que fez explodir no seio do movimento internacional uma crise estratégica (e, ainda por cima, de identidade) que - somada à perda de referências no proletariado urbano e

camponês - levou à paralisia política e social, não contrabalançada pelos esforços dos sectores anarquistas que ficaram sempre empenhados na luta de classes.

Os anarquistas portugueses (agora mais ou menos 300 veteranos, isolados e agora sem raízes sociais: a sombra do que foi um movimento de massas) deviam decidir sobre dilemas difíceis, sendo o ditador Salazar parte do bloco ocidental: manter a mais completa autonomia ou fazer parte duma coligação antifascista? Ficar fieis ao anarco-sindicalismo, ou escolher uma dimensão libertária mais ampla e soft? Lutar por uma revolução social não mais segura e iminente ou ser a parte libertária dentro dum evolucionismo radical/democrático? Propugnar a luta de classes ou defender só as liberdades ameaçadas por Moscovo, Pequim e os partidos comunistas?

Problemas que não obtiveram do movimento anarquista internacional a resposta idónea para voltar a ter um papel activo e de relevo nas lutas do proletariado, que nunca pararam, mas foram dirigidas por outros.

A situação dos anarquistas portugueses foi a pior e não melhorou. Ainda por cima, quando também na juventude portuguesa se manifestaram agitações e desejos de renovação, o seu alheamento em relação ao anarquismo revelou-se na sua profundidade: os pontos de referência foram sempre dentro do comunismo marxista, nas suas variantes: ortodoxa moscovita, maoista, trozkista, guevarista e depois católica-comunista.

O regime de Salazar não se limitou a destruir o movimento anarquista em Portugal, mas fez-lhe também um serviço péssimo para o futuro, contando com a falta de memória histórica das gerações sucessivas. Assim (como aconteceu em Itália e Espanha) a ditadura escolheu como seu arqui-inimigo não o anarquismo (revolucionário, não disponível para as práticas oportunistas), porém o comunismo estalinista, menos arraigado no país. E contra este alvo dirigiu a acção maciça da sua propaganda a pesar de não ser o PCP uma ameaça verdadeira.

Tudo isso contribuiu ao fortalecimento da penetração comunista no meio proletário português, que acabou por ser convencido de que o inimigo verdadeiro do regime era o PCP!

Vale a pena sublinhar que na queda do regime o papel do PCP foi mínimo, e aquando o 25 de Abril de 1974 os militares golpistas se moveram independentemente do PCP, o povo saiu à rua prescindindo do PCP, animado por esperanças revolucionárias filhas daqueles ideais difundidos pelos anarquistas e anarco-sindicalistas doutras gerações.

A QUEDA DO REGIME E A "REVOLUÇÃO DOS CRAVOS"

1. O 25 de Abril

O regime salazarista - atrasado cultural e estruturalmente - jogou, e perdeu, a sua partida decisiva nas colónias de África, porque fez da defesa da presença portuguesa no ultramar um dogma indiscutível. A luta armada dos movimentos de libertação nas colónias - começada na Angola a 16

de Janeiro de 1961 - não venceu militarmente, mas criou uma situação de empate: nenhuma das duas partes em luta podia vencer no campo de batalha.

A 25 de Setembro de 1968 Salazar - em coma por ter caído duma cadeira - foi substituído no cargo de Presidente do Conselho por Marcelo Caetano, professor universitário de Direito, e morreu em 1970.

Em 1974 ficava bem claro que defender as colónias africanas causava só uma dissipação de vidas humanas e de recursos económicos, sem resultados: esforço que Portugal não se podia permitir.

O país, na altura tinha uma população mais ou menos de 9 milhões de habitantes, e uma economia predominantemente agrícola; cerca de 400.000 desempregados; um milhão de emigrados à procura duma vida melhor na Europa e América do Sul; a taxa de mortalidade infantil era muito alta; os analfabetos eram 25% da população; pelo menos 150.000 pessoas viviam em habitações precárias ou sem condições.

A economia nacional estava nas mãos dum pequeno número de onnipotentes grupos financeiros²¹ os recursos mais interessantes do império africano eram "terreno de caça" para as multinacionais estrangeiras. Cerca de 40% da população activa trabalhava na agricultura, sector ao qual estava ligado indirectamente 60% da população; os demais, estavam ocupados na função pública e na indústria.

No espaço de dez anos 12% dos portugueses emigraram, e este fenómeno afectava particularmente o proletariado agrícola.²² No Norte, onde havia uma indústria têxtil forte, os 3/5 da mão-de-obra era composta por operários/camponeses. As terras cultivadas produziam, em 30%, para o auto consumo. As aldeias sem luz eléctrica eram uma miríade. O serviço na tropa, por causa da guerra colonial, mobilizava os jovens (subtraindo recursos às famílias) por 4 anos, e as Forças Armadas tinham 200.000 homens.

Entre o final da década de 1960 e o início da seguinte, as intervenções dos capitais estrangeiros em Portugal aumentaram sensivelmente, e com eles a dependência económica do

²¹Oito grupos controlavam o 80% da economia portuguesa: a) a família Melo, proprietária da **Companhia União Fabril** (trust que controlava 250 empresas em vários sectores económicos), do **Banco Totta & Açores**; b) a família Champalimaud, proprietária do **Banco Pinto e Sottomayor**, e da parta maior das companhias de seguros, monopolista do cimento, com interesses em África e Brasil; c) a família Espírito Santo, que controlava cerca de 200 sociedades, proprietária do **Banco** homónimo e do **Banco Comercial de Lisboa**; d) a família Cupertino de Miranda, proprietária do **Banco Português do Atlântico**; e) o grupo Borges e Irmão, que controlava toda a indústria turística e era proprietário de três jornais; f) M. Jorge de Brito, Proprietário do **Banco Intercontinental**; g) a **União Comercial Sacor**, controlada pelas famílias Melo e Cupertino de Miranda, monopolista da refinação e distribuição do petróleo; h) o **Banco Nacional Ultramarino**, controlado por quase todos os grupos já referidos. M. BELMEIRA MARTINS, *Sociedade e Grupos em Portugal*, Lisboa 1973.

²²Como nas zonas de Beja, Setúbal, Santarém, Porto Alegre, Évora.

país.²³ Em mãos estrangeiras ficavam as infra-estruturas típicas dum país moderno²⁴, de maneira que Portugal encontrava-se numa situação de colónia europeia que, por sua parte, tinha um sub imperialismo próprio. E as coisas ficavam agravadas pela aliança de ferro entre a burguesia financeira local e o capital das multinacionais: o que fazia com que as empresas portuguesas pequenas e médias não tivessem espaço vital.

Além disso, uma inflação altíssima junta aos salários baixos empobrecia as massas populares ferozmente (há um fado famoso que, alinhado na política "austera" do regime, louvava a "alegria na pobreza"): o rendimento médio *per capita* por ano não superava os 658 dólares.

O salazarismo não favoreceu em nada a industrialização porque esta traz consigo uma classe operária e a luta social. A indústria, pouco desenvolvida, estava geograficamente concentrada (Lisboa, Porto, Setúbal, Marinha Grande) para favorecer o controlo da polícia, e o influxo de capitais estrangeiros favoreceu ulteriormente a concentração dos centros de produção no litoral, aumentando o despovoamento progressivo do interior e do norte do país.

Esta atitude reaccionária do católico-fascismo de Salazar revelou-se, no final, uma causa grave de fraqueza para o próprio regime, porque acabou por produzir uma inconsistência numérica e política do bloco social que o apoiava e por conduzir alguns sectores da pequena e média burguesia (entre os quais estudantes, intelectuais e membros das próprias Forças Armadas) a perceber a contradição entre os seus interesses reais e os dum regime esclerosado.

A resposta destes descontentes foi o golpe militar do 25 de Abril de 1974, que derrubou o regime na sua versão "caetanista" (com as suas inconcludentes veleidades pseudo liberais).

Inegavelmente fez sensação no estrangeiro que militares derrubassem um regime de direita, mas - no fundo - a anomalia era menos efectiva do que parecia.

A conspiração, hegemonizada por jovens capitães, foi inicialmente estimulada por interesses corporativos dos oficiais do Quadro Permanente, prejudicados e ofendidos por uma disposição do Julho de 1973 que - pelas necessidades de fazer frente às exigências da guerra colonial - abria aos oficiais milicianos o acesso ao Quadro Permanente (depois dum curso intensivo breve na Academia Militar), e permitia a revisão das graduações baseadas nos anos de serviço.

Mas uma série doutros factores alimentou e deu motivações à organização do protesto: o cansaço psicológico por uma guerra inútil, da qual não se via o fim; o facto de muitos oficiais não

²³Em 1971 o capital médio das empresas com capital estrangeiro era 10 vezes superior ao capital das empresas portuguesas. A utilidade de investir em Portugal derivava duma norma de 1965 que permitia a transferência livre de juros, lucros, etc. em favor do capital importado e também o direito de os levantar livremente.

²⁴Tratava-se de: telefones, telégrafo, comunicações internacionais, transportes públicos de Lisboa, parte dos transportes ferroviários, e aéreos, frota petrolífera, uma parte grande da energia eléctrica. Além disso os capitalistas estrangeiros possuíam boa parte dos capitais investidos na siderurgia, nas indústrias do cimento, da cerâmica, sacarifca, bancos, refinarias de petróleo com as redes de transformação e distribuição, exclusiva na fabricação de locomotivas, estabelecimento navais, etc.

provirem dos sectores da sociedade que tradicionalmente entravam nas Forças Armadas, mas da mais extensa sociedade civil permeável aos ecos dos acontecimentos europeus e mundiais, podendo assim reflectir melhor sobre o significado do que se passava nas colónias e os interesses em jogo; a consciência da incapacidade de renovação do regime para fazer sair o país da sua secular situação de atraso.

Desta mistura explosiva derivou a radicalização dos jovens oficiais que constituíram o **Movimento das Forças Armadas** (MFA) e - em parte - optaram a favor duma "transição para o socialismo" depois do 25 de Abril.

Como foi dito, o regime foi derrubado por um golpe, e não por uma revolta popular: golpe que - em termos de classe- viu uma aliança momentânea entre pequena burguesia fardada e expressões do capital, mais ou menos "modernizador", que tinham no general Spínola (1º Presidente Provisório da República) uma garantia não revolucionária.

O apoio popular imediato e maciço ("quando a rua se fez rio") favoreceu uma precipitação dos acontecimentos, forneceu um apoio à parte radical do MFA, empurrando numa direcção provavelmente não prevista no início.

Como quer que seja, nem após o 25 de Abril houve em Portugal uma revolução social. Certo é que um texto específico sobre a "revolução dos cravos" deveria ter uma nota debaixo do título: "de como não se faz uma revolução".

As massas populares inegavelmente perceberam a possibilidade de mudanças profundas e, em muitas circunstâncias, deram vida a formas (também de amplitude notável) de acção directa dignas dum espírito libertário, suscitando medo na burguesia.

Mas, de facto, na confusão daquela altura as massas revolucionárias nem se apoderaram do poder nem o derrubaram: o papel embaraçoso de sujeito activo foi sempre e somente das facções das Forças Armadas.

O próprio empurrão para a transição para o socialismo, sustentada pelo Vº governo provisório do general Vasco Gonçalves, foi uma iniciativa vinda de cima.

2. A confusão "revolucionária" e a falta de espaços para os anarquistas

Caída a ditadura, o movimento anarquista reapareceu, mas não ressurgiu: foi outra coisa e teve outra consistência bem diferente. O comício anarquista de 19 de Julho de 1974, na sede da **Voz do Operário** em Lisboa, para comemorar a revolução espanhola, reuniu um milhar de pessoas e foi uma explosão de entusiasmo; mas a realidade exterior era o que era.

Em 1974 a situação portuguesa não era a de 1936 em Espanha: o Estado e o exército não se desmoronaram e o movimento anarquista não existia depois das destruições salazaristas. A

hegemonia no meio do proletariado organizado ou em motim era estalinista e marxista/leninista, e como cogumelos nasciam partidos, partidinhos e pequenos grupos desta última tendência.

Apareceram o **Movimento Libertário Português** (MLP), e a **Aliança Libertária e Anarco-Sindicalista** (ALAS), mas os espaços políticos ficavam ocupados por outros, que gozavam dos resultados de tantos anos de propaganda anticomunista e, ao mesmo tempo, a favor dos comunistas. E, para acabar, havia o exército em armas, com uma atitude nas questões de ordem pública que não perdia o tradicional autoritarismo ibérico dos homens fardados.

Após o 25 de Abril os anarquistas conseguiram publicar vários periódicos: **A Batalha**, **Voz Anarquista**, **A Ideia**, **Acção Directa**, e outros²⁵; constituíram grupos de afinidade. Eles nada mais puderam fazer naquela situação.

O regresso a Portugal de algum velho (ou novo) anarquista não podia encher os vazios entre gerações produzidos pelo regime fascista. Os mais conhecidos veteranos das antigas batalhas eram: Francisco Quintal, Emídio Santana, Adriano Botelho, Custódio da Costa, José de Brito e Sebastião de Almeida.

Muitos dos velhos militantes ainda vivos - mais ou menos uma centena, e a idade média era entre 60 e 65 anos - estavam vencidos pelo tempo e pelas sevícias nas prisões: e isso tudo antes de puderem transmitir directamente às gerações novas as suas ideias e experiências. Entre os poucos velhos anarquistas e os novos a ligação foi difícil. E os poucos jovens militantes não tinham uma experiência política real.

Ademais, juntava-se à esta combinação de factores exteriores e interiores uma complicação interior: a mistura de divergências velhas e novas. Por exemplo, na região de Lisboa formaram-se dois pólos: um em redor do periódico **A Batalha**, com Emídio Santana, e outro na Margem Sul, em Almada, que se exprimiu através do periódico **Voz Anarquista**.

O resultado foi que nestas condições não emergiu um programa coerente de intervenção nos sectores da sociedade portuguesa ainda não hegemonizados pelos partidos.

Para falar verdade, os anarquistas empenharam-se em contrariar esta hegemonia, e participaram nas campanhas de ocupações de casas (e neste campo a experiência existia: a de Emídio Santana, quem nas décadas de 50 e 60 foi parte activa do movimento dos arrendatários de Lisboa), na propaganda antimilitarista, nos quartéis, favorecendo a vaga de indisciplina, nas lutas operárias em nome da autogestão. E uma comissão de trabalhadores de várias empresas chegou a

²⁵Em 1975: **O Pasquim** (Cascais), **O Estripador** (Amadora), **Não!**, **A Merda**, **O Planador**, **O Peido**, **O Recto Merdário**, **O Rebelde**, **O Libertário**, **Escaramuça**, **Cadernos Quotidianos da Miséria** (Lisboa); em 1976: **Satanás** (Almada), **Apoio Mútuo** (Évora); em 1977: **A Semente** (Braga), **Agitação** (Coimbra), **O Chato** (Porto), **Sabotagem e Subversão Internacional** (Lisboa); em 1978 e 1979: **Revolta** (Leiria), **O Meridional** (Faro), **Recortes do Arco-da-velha** (Leiria), **Informações & Contactos** (Lisboa); em 1985: **Fenda** (Coimbra), **A Urtiga** (Lagos), **Antífese** (Almada); em 1986: **A Revolta** (Lisboa).

preocupar seriamente o PCP, quando organizou na capital uma grande manifestação contra os despedimentos e a repressão capitalista.

* * *

Na última fase do regime o PCP (diversamente estruturado e autoritário ao máximo grau), chefiado pelo estalinista Álvaro Cunhal, jogou a carta da infiltração no mundo do trabalho, passando pelos sindicatos oficiais do regime. Decisivo, neste sentido, foi 1969, quando uma legislação nova eliminou o controlo do governo sobre as direcções sindicais. O PCP aproveitou-se logo desta mudança e fez participar militantes escolhidos nas eleições sindicais, conquistando muitas direcções.

Após o 25 de Abril o controlo do PCP sobre o mundo do trabalho tornou-se maciço graças a aquele instrumento importantíssimo que foi a **Intersindical**, organização de coordenação entre os sindicatos criada em Outubro de 1970, durante a assim chamada "primavera política de Caetano" (a **Comissão Intersindical** constituída na década de 30, foi dissolvida na década de 40).

A nova **Intersindical**, caído o regime, foi a correia de transmissão do PCP que - com o apoio dos governos provisórios - permitiu eliminar qualquer possibilidade de acção para os anarquistas. Entre Janeiro e Abril de 1975, o governo emanou o D.L. n.215/75 que consagrou o reconhecimento da **Intersindical Nacional** como "*confederação geral dos trabalhadores portugueses.*"²⁶ Não havia mais espaços para aquela vinculação dos anarquistas no mundo do trabalho que, até ao salazarismo, teve no sindicato o canal fundamental de recrutamento de militantes.

Como escreveu Emídio Santana:

“Para trás ficavam umas dezenas de anos de sujeição das pessoas a um padrão cultural e político, a uma absoluta dependência do poder constituído e controlado por um sistema policial dominante. Formaram-se gerações no estilo desse padrão e o Estado assumiu a principal gestão das relações económicas e condicionantes da vida, como também a missão que outrora fora das misericórdias. (...) O proletariado, na significação do termo, foi ultrapassado pelo súbdito do aparelho económico estatal. Gradualmente o trabalhador foi-se adaptando; passou a confiar na burocracia do Estado, depois na burocracia sindical, desistiu das suas iniciativas e trocou a sua autonomia confiando nos mecanismos contratuais que lhe asseguravam o mínimo vital e o máximo do que deve pagar de impostos e sugestionado a consumir, mesmo desperdiçar, tudo o que a produção capitalista engendra no objectivo exclusivo do lucro. É no

²⁶Da **Intersindical** vai nascer a CGTP (até hoje debaixo do controlo do PCP); em 1978 os socialistas constituíram a UGT.

domínio da política, no mais baixo significado do termo, que o homem moderno deposita as suas esperanças, porque é nesse domínio que se decide o seu destino, a taxa de inflação que arbitra os seus salários, a garantia de emprego, como há de carregar com a carga de aquisição da casa própria; se tem transportes e a que preço para ir dormir a casa e regressar ao trabalho.

Portanto, supõe que manejando o voto, apoiando o partido., vitoriando os seus líderes pode, embora indirectamente, influir no seu destino. Mas se chegou a confiar de que ainda a melhor hipótese será um socialismo, e que este só é possível pela "ditadura dos proletários", integra-se, obedece, assume todos os paradoxos a crê no próprio absurdo (credo quia absurdum)".²⁷

Contudo, algo do velho espírito anarquista, que o fascismo não logrou extirpar no total, ficava ainda no povo, e molestou muito militares e PCP. Todas as agitações e iniciativas populares dos anos 1974 e 1975 testemunham-no. Uma das mais importantes greves depois da "revolução dos cravos" foi organizada pelos trabalhadores da TAP. Na altura, o Secretário de Estado do Trabalho era Carlos Carvalhas, futuro secretário geral do PCP. Ele não perdeu tempo para ordenar aos grevistas o regresso ao trabalho, mas conseguiu só a oposição também dos trabalhadores membros do seu partido.²⁸ A semana de trabalho de 40 horas - fruto da auto-redução dos trabalhadores da TAP - foi logo reconhecida pela lei.

Depois destes acontecimentos, o governo provisório - onde havia ministros do PCP e do PS - apressou-se a emanar uma lei sobre limitações do direito de greve.

Os partidos políticos (PCP *in primis*) fizeram tudo o que puderam para travar as formas de democracia directa produzidas pelo povo. Como lembrou Luís Garcia e Silva nas páginas de **A Batalha** (n.195/2003):

“Quem viveu as AGT (Assembleias Gerais dos Trabalhadores) do pós 25 de Abril decerto recorda a perversão operada por forças políticas que, através de discussões estéreis e do prolongamento artificial das assembleias (...) conduziam ao seu progressivo abandono pelos trabalhadores e permitia ao núcleo partidário fazer aprovar as directivas da sua organização. Três dezenas de militantes partidários, às onze da noite, podiam substituir-se aos 4 ou 5 milhares de trabalhadores numa instituição e revogar deliberações de assembleias matinais com centenas de presenças. Foi também assim que Emídio Santana ao opor-se a tais métodos, na qualidade de presidente AG do seu sindicato, foi objecto de uma tentativa de sequestro e ameaças de agressão física, vindo, desgostoso, a desvincular-se daquela organização sindical”.

²⁷E. SANTANA, cit., pp. 317-19.

²⁸As coisas não se resolveram logo: tropas foram enviadas a ocupar o aeroporto de Lisboa; os membros do Comité de greve foram presos e 200 trabalhadores despedidos, mas cedo reintegrados depois de manifestações e ameaças doutras greves.

Muitos trabalhadores consideravam os sindicatos existentes uma relíquia do período fascista, por isso manifestou-se logo a exigência da auto-organização, e houve uma proliferação de comissões de trabalhadores, eleitas democraticamente e independentes: em 1974 foram cerca de 200. Estenderam-se também as ocupações de casas e autogestões (380 no Verão de 1975) e a formação de cooperativas (mais ou menos 500), que demonstraram a possibilidade real de reduzir os preços de serviços e bens.

Embora a maioria dos portugueses não tivessem claras ideias políticas revolucionárias, o desenvolvimento das lutas trouxe consigo a consciência da realidade das relações trabalho/capital, e por isso dos interesses em jogo. E amiúde também das relações que os partidos políticos queriam instaurar com os trabalhadores.

Não se ocuparam só casas não alugadas, mas as terras e a coisa interessante foi que a maioria dos camponeses optou a favor do trabalho colectivo.

É natural que os partidos não olhassem bem estas acções autónomas de classe, e o PCP foi na primeira linha multiplicando as chamadas à moderação, à razoabilidade e os obstáculos.

Neste período convulso de acção directa popular no seio dos conflitos de classe, os capitalistas portugueses reagiram numa maneira devastadora para um país que tinha (e tem) o rendimento *per capita* entre os mais baixos da Europa: despedimentos, como resposta aos pedidos de salário mínimo nacional; reduções dos créditos bancários para as empresas pequenas e médias; especulações para fazer subir os preços; cancelamento de encomendas; boicotes pelo capital internacional; etc.

Depois da falência da intentona do general Spínola em Março de 1975, por causa do perigo de degeneração da ordem pública o governo, apoiado pelo PCP, lançou uma política de reforma agrária e nacionalizações. O esquema era típico do terceiro mundo - o exército como promotor/instrumento do capitalismo de Estado - e "vendeu" as nacionalizações como passagem ao socialismo. Assim perdeu-se outra ocasião grande e embarcou-se num caminho destinado a durar pouco.

Fugido Spínola, o sector mais radical do MFA - oficiais de esquerda e movimento de sargentos e militares contra o fascismo - apoderaram-se da situação no interior das Forças Armadas, efectuando uma depuração ampla mas não completa. Contudo não ligaram estreitamente as estruturas revolucionárias que existiam nos quartéis com as estruturas populares de luta da sociedade civil (comités de fábrica, de bairro, de prédio, camponeses, etc.) no sentido de criar um bloco social sujeito activo dum projecto de socialismo autogestionário. Nem consideraram que - pelo boicote do capitalismo ocidental e a indiferença do bloco comunista era necessário - por razões económicas - realizar formas de cooperação estreita com os movimentos de libertação nas ricas colónias. Preferiu-se lançar de maneira autocrática nacionalizações não harmonizadas dentro dum

projecto global e não apoiadas por estruturas e recursos indispensáveis para administrar uma economia nacionalizada: numa palavra, os militares esquerdistas não dispunham das bases económicas para subtrair Portugal às chantagens dos países fornecedores de capitais e matérias-primas.

Em termos políticos, as oposições foram reforçadas por: uma direcção das reformas pelo vértice; a falta de coordenação com um bloco social de apoio; a presença de sectores de direita, não depurados, nas Forças Armadas; a falta de ligações reais com a sociedade civil.

Assim que as eleições de 25 de Abril de 1975, para a Assembleia Constituinte, deram a vitória ao **Partido Socialista** de Mário Soares²⁹, houve a demonstração de se ter formado um bloco social burguês fortalecido pelo descontentamento operário também nos sítios mais "vermelhos" do país.

E no interior do MFA as relações de força mudaram com prejuízo para o sector radical de Vasco Gonçalves, reemergindo a natureza de classe pequeno burguesa da maioria dos oficiais. Natureza que, na altura de Caetano ficava escondida, sem desaparecer substancialmente.

Em síntese: não é que faltou à revolução o partido leninista como organizador ou guia; ou uma coordenação revolucionária para orientar as iniciativas populares em direcção ao objectivo de derrubar o sistema estatal e capitalista. O que se deve sublinhar é que faltaram as próprias condições que permitem falar - com um mínimo de seriedade - de poder popular.

Em Portugal não houve o colapso do Estado e das suas instituições civis e militares, nem um movimento de massa forte e (pela acção de gerações de revolucionários) com a consciência do que se devia fazer, como na Espanha de 1936.

As instâncias a favor do poder popular existiam, mas chocavam contra esses factores negativos, e não tinham um durável apoio de massas, além de tantos e gratuitos slogans que à burguesia aterrorizada pareciam truculentos e preannuncio de sabe-se lá o quê.

Deve ser claro que na maioria das organizações autónomas (comités, colectivos, etc.) não se queria derrubar o poder (a possibilidade real é outra coisa): em linha geral actuavam em direcção ao Estado, ao MFA e aos partidos políticos como grupos de pressão e vigilância, sem manifestarem veleidades nenhuma de os suplantar.

Após a longa noite salazarista não admira se o movimento a favor do poder popular tivesse uma base confusa e heterogénea (operários, pobres, estudantes, intelectuais de esquerda, pequenos comerciantes com problemas económicos, etc.), mais confusa e desorientada pela proliferação de

²⁹O **Partido Socialista**, independentemente do seu radicalismo verbal, utilizado para ultrapassar o PCP nas preferências dos trabalhadores (de facto o sector realmente radical do partido foi logo progressivamente privado de importância e de rol) teve uma função importante no processo que conduziu Portugal à "normalidade" burguesa, sem evitar alianças não sempre ocultas com a direita.

grupos e grupinhos que se disputavam a hegemonia do movimento para a jogar no campo da política e não da revolução.

Assim, no final esse movimento confiou no brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho (organizador militar do golpe do 25 de Abril) - confiança imerecida - o qual revelou-se, na *hora de la verdad*, incerto, inepto e fiel às hierarquias militares.

Em teoria, considerada a situação geral, só era possível a conquista do Estado, que no momento de tensão maior entrou numa espécie de paralisia. A história das revoluções ensina duas coisas: que o momento favorável - quando existir - passa rápido e é preciso *cogliere l'attimo* [apanhar o instante], como se diz na Itália; que (é praticamente uma "lei") quando um Estado entra numa situação de paralisia, sem se desmoronar por completo; isso dura pouco tempo, pois logo que se manifestem condições mais favoráveis, o Estado retoma força e vigor. O que em Portugal aconteceu e se manifestou a 25 de Novembro de 1975.

A esquerda extrema não tinha *chances*. O PCP, que se auto proclamou "partido revolucionário do proletariado" era um caso particular. Em concreto não fez absolutamente nada para uma revolução proletária que a URSS não queria. Contudo - e aqui jogou, mas não sozinha, a imagem dos comunistas fruto da propaganda salazarista - este partido fazia medo, porque era autoritário, sectário, demasiado ligado a Moscovo (e a opinião pública não sabia que a URSS estava contrária à revolução em Portugal) e desenvolvia claramente manobras oportunistas para conquistar a hegemonia também nas instituições do Estado, nos sectores radicais do MFA.

O PCP apostou tudo numa solução de controlo pelo vértice da luta pelo poder, por meio duma maciça e potente infiltração no aparelho estatal, nos media, nos sindicatos, e por causa disso combateu cada forma de autonomia popular. Muito inclinado à conspiração, o PCP em vez de desenvolver um programa político claro que envolvesse ao redor dele um bloco social com hegemonia operária, cimentado pelo consenso e entusiasmo das massas, procurou apresentar-se como força civil de apoio ao governo do MFA, recorrendo aos jogos de cúpulas: o único resultado foi a progressiva alienação da extrema esquerda e das massas que (iludidas pelo próprio PCP) queriam uma revolução verdadeira. E também coligou contra si a maioria das Forças Armadas (nas quais o **Partido Comunista** acabou por acentuar as contradições de classe) os socialistas e outros partidos.

A acção arrogante do PCP foi um estímulo para no Norte do país começar uma Vendaia lusitana católica e fascista e os Estados Unidos com outros países europeus aumentarem as ajudas aos anticomunistas de Portugal (desde os socialistas até ao clero reaccionário).

A 25 de Novembro de 1975 todas estas forças (às quais se juntaram sectores da extrema esquerda), aproveitando a ingenuidade e as veleidades dalguns sectores esquerdistas do MFA, apresentaram a conta a estes e ao PCP. O novo golpe militar (coniventes o Presidente da República

general Costa Gomes, o PS de Mário Soares, a direita fascista, o clero católico, a embaixada USA) destruiu a parte radical das Forças Armadas, deu início ao processo de abandono definitivo do período "revolucionário" e das conquistas dos trabalhadores e pode ser considerado o regresso à natureza verdadeira do golpe do 25 de Abril, que não foi o espírito com que as massas populares viveram aquela data.

Por seriedade, Portugal de hoje deveria festejar esta data como seu *dies natalis*.

O PCP no último instante fez uma viravolta, abandonou ao seu destino os militares "revolucionários" e os aliados deles, e conseguiu sobreviver legalmente e politicamente, bordejando eleitoralmente à volta dum 10% dos votos.

Cada ilusão acabou assim.³⁰

A SITUAÇÃO DIFÍCIL DE HOJE

Hoje Portugal, perfeitamente inserido no quadro do capitalismo europeu e membro da EU, não tem mais um "movimento anarquista", embora pequeno, como em Espanha e Itália: deve-se falar de grupinhos anarquistas espalhados sem uma coordenação efectiva entre eles.

A situação geral fica mais difícil do que na altura de Salazar, porque o país - cheio de contradições e mal-estares sociais; um dos mais pobres da União Europeia, cujos salários são a metade dos espanhóis - aparece céptico, pouco animado por esperanças de mudanças, arranja-se, vive e está dominado, além do capitalismo, pelas famigeradas três "efe": Fátima, fado e futebol.

Em 1976 foi recriada a **Federação Anarquista da Região Portuguesa** (FARP), impulsores o grupo de Almada e revista **A Ideia**, com alvos ambiciosos, mas nos anos 1978 e 1979 por contradições internas deixou de ser activa. Em concorrência com a FARP surgiu a **Aliança Libertária e Anarco-sindicalista** (ALAS) que actuou muito pela difusão de **A Batalha**. Dalguma notoriedade gozaram os jovens - um pouco *freelancers* - que publicaram periódicos pungentes e corrosivos como **A Merda** e **Coice de Mula**. Outras publicações tiveram vida breve e destes sobrevive **Acção Directa**.

³⁰A bibliografia sobre o assunto é imensa. Damos aqui os títulos mais importantes ou úteis: D. ALMEIDA, *Ascensão, apogeu e queda do MFA*, Lisboa 1976; A. BARROS, *A reforma agrária em Portugal - Das ocupações de terra à formação das novas unidades de produção*, Oeiras 1981; J.M. CARVALHO FERREIRA, *Portugal no contexto da "Transição para o Socialismo" (História de um equívoco)*, Lisboa 1997; O.S. de CARVALHO, *Alvorada em Abril*, Lisboa 1977; J.S. CERVELLÓ, *A revolução portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*, Lisboa 1993; E.S. FERREIRA, *Conflitos e mudanças em Portugal, 1974-1984*, Lisboa 1986; F. MARTINS RODRIGUES, *O futuro era agora: o movimento popular do 25 de Abril*, Lisboa 1994 e *Abril traído*, Lisboa 1999; M. MESQUITA-J. REBELO, *O 25 de Abril nos media internacionais*, Porto 1994; K. MAXWELL, *A construção da democracia em Portugal*, Lisboa 1999; J.C. PEREIRA BASTOS, *Cooperativas depois de Abril. Uma força dos trabalhadores*, Coimbra 1977; A. RODRIGUES-C. BORGA-M. CARDOSO, *O movimento dos capitães e o 25 de Abril*, Lisboa 1974; P. SCHMITTER, *Portugal: do Autoritarismo à democracia*, Lisboa 1999; J. VARELA GOMES, *Esta democracia filofascista*, Lisboa 1999.

Hoje os poucos anarquistas estão na maioria em Lisboa, Porto, Coimbra, Setúbal, Cascais, Alentejo, Leiria. Há bibliotecas, centro culturais e algumas livrarias. Em Lisboa existem o **Centro de Estudos Libertários** com o colectivo editorial de **A Batalha**, e a **Biblioteca de Operários e Empregados da Sociedade Geral**. Continuam a obrar núcleos da FAI, como o Centro de Cultura Libertária de Almada, em Cacilhas (Francisco Quintal foi um dos fundadores, do dito), e o grupo do periódico **Acção Directa**, ligado à AIT.

O campo de actividade dos grupinhos anarquistas consiste essencialmente na propaganda das ideias libertárias; nas iniciativas culturais, ecologistas e anti-nucleares; no apoio à **Amnesty Internacional**, na conservação da memória histórica dos protagonistas e das acções de quando o anarquismo ibérico tinha outra consistência e suscitava medo na burguesia.

Algumas tendências "modernistas" do anarquismo português produziram iniciativas reformistas, alheias a uma real perspectiva anti-sistema e de classe, como o **Manifesto Libertário** de 1987, expressão dum neo-anarquismo que (aos olhos de quem escreve, fazendo parte duma organização comunista anarquista) pela falta de raízes de classe corre o risco de fazer a extremíssima esquerda não autoritária da democracia liberal. Não faltaram as vozes contrárias como a do grupo **Vermelho e Preto** da FAI.

Nesta situação - onde os anarquistas ficam sem enraizamento entre os trabalhadores organizados e não existe, ainda por cima, um sindicalismo de base, capaz de ser a ribeira daqueles anarquistas que não queiram abandonar as posições tradicionais - aparece muito diluída a militância colectiva, de maneira que o moderno meio anarquista português actua um individualismo não socializado que faz da opção anarquista um facto existencial.

Faltando estruturas colectivas libertariamente organizadas, remedeia-se através de realidades *allo stato diffuso*. Não há actividade nenhuma dos anarquistas dentro dos sindicatos burocráticos, como pelo contrário, acontece na Itália.

Há também outros factores que contribuem à dispersão dos anarquistas, e Lisboa é emblemática neste sentido, com a sua forte urbanização fora dos velhos limites da cidade antiga e o despovoamento de bairros populares do centro histórico.

No passado tudo era mais fácil, existindo bairros operários e populares onde geralmente se trabalhava e vivia. As mudanças do segundo após-guerra incidiram de maneira pesada numa realidade, como a anarquista, já espalhada. Ademais, nos países capitalistas o consumismo dominante penetrou também dentro do imaginário colectivo dos povos - incluindo proletariado e pequena burguesia, que só aparentemente é burguesia, mas na realidade fica semiproletarizada.

Assim, os germes da sociedade do espectáculo, da regressão cultural, da perda de consciência de ser cidadãos e não súbditos, da falta de desejos e esperanças num renovamento radical da sociedade, dominam soberanos.

E embora se manifestem fermentos de rebelião ou um desagrado difuso dos quais não se vem os êxitos, não estamos em nada perto duma revolução social. Isto quer dizer que os revolucionários deverão trabalhar por muito, muito tempo partindo de abaixo de zero, sem ver a concretização de nada pelo menos os desta geração.

Mas o anarquismo português deve encarar o problema da insuficiência de enraizamento das ideias libertárias na sociedade lusitana começando a fazer frutificar o que há e amiúde se esquece. Refiro-me ao facto de existir um "depósito" potencial feito por individualidades de orientação anarquista ou geralmente libertária que não acham pontos de referência ou agregação e nem se conhecem entre eles, e se limitam à leitura de periódicos e livros anarquistas, ou falam dum anarquismo que não conhecem bem. O problema é saber sair à rua, actuar entre a gente.

O futuro não é cognoscível, mas cedo ou tarde os anarquistas portugueses - herdeiros dum património glorioso - deverão, gostassem ou não, fazer as contas com dois factores (é sempre um comunista anarquista a falar):

- que não houve uma mudança radical (de qualquer forma fica pior) na situação social e política sob o capitalismo, que motivou o nascimento do anarquismo de classe de Bakunin, Kropotkin, Malatesta, Fabbri, de Sousa, Makhno, Durruti, etc.
- que o anarquismo "novo" e não de classe não demonstra fazer melhor do que o "velho" para o fortalecimento dos anarquistas na luta contra o presente estado de coisas, contra a exploração e pela liberdade;
- que a luta neste sentido continua, com ou sem os anarquistas.

Com os anarquistas ... seria melhor.

BIBLIOGRAFIA

AA.VV., 100 anos de anarquismo em Portugal (1887-1987), Lisboa 1987.

D. ALMEIDA, Ascensão, apogeu e queda do MFA, Lisboa 1976.

J. ANDRADE, Dicionário do 25 de Abril, Lisboa 2002.

R. AZEVEDO TEIXEIRA, A Guerra Colonial (realidade e ficção), Lisboa 2002.

A. BARROS, A reforma agrária em Portugal - Das ocupações de terra à formação das novas unidades de produção, Oeiras 1981.

A. BOTELHO, Memória e ideário, Região de Açores 1989.

J. CAMPOS LIMA, A revolução em Portugal, Lisboa 1925.

J.M. CARVALHO FERREIRA, Portugal no contexto da "Transição para o Socialismo" (História de um Equívoco), Lisboa 1997.

J.M. CARVALHO FERREIRA-M. RUI PINTO, Portugallo 2002: come sono appassiti quei garofani, in Libertaria, n. 3, 2002.

- J.S. CERVELLÓ, A revolução portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976), Lisboa 1993.
- J. CORREIA PIRES, A revolução social e a sua interpretação anarquista, Lisboa 1975.
- D. DE CARVALHO, Os sindicatos operários e a República Burguesa (1910-1926), Lisboa 1977.
- C. DE FONSECA, A origem da I Internacional em Lisboa, Lisboa 1973.
- C. DE FONSECA, Para uma análise do movimento libertário e da sua história, Lisboa 1988.
- E.S. FERREIRA, Conflitos e mudanças em Portugal, 1974-1984, Lisboa 1986.
- A. FERREIRA, A Queda do Fascismo, Lisboa 1999.
- J. FRANCISCO, Páginas do historial cegetista, Lisboa 1983.
- J. FRANCISCO, Últimas páginas (1986-1987), Lisboa 1987.
- J. FREIRE, Anarquistas e Operários, Porto 1992.
- J. FREIRE, Les Anarchistes du Portugal, Paris 2002.
- J. FREIRE, A República e o Movimento Operário, in A Primeira República entre o Liberalismo e o Autoritarismo, Lisboa 2002.
- J. GÓMEZ CASAS, Historia de la FAI, Madrid 2002.
- J.M. GONÇALVES VIANA, Considerações do tradutor, nota final ao livro P. KROPOTKIN O Governo Revolucionário, Porto 1892, pp. 15-16.
- J.M. GONÇALVES VIANA, A evolução anarquista em Portugal, Lisboa 1975.
- J.P. GUERRA, Memórias das Guerras Coloniais, Porto 1994.
- P. MAILER, Portugal : the impossible revolution?, London-Montreal 1977.
- F. MARTINS RODRIGUES, O futuro era agora: o movimento popular do 25 de abril, Lisboa 1994.
- F. MARTINS RODRIGUES, Abril traído, Lisboa 1999.
- K. MAXWELL, A construção da democracia em Portugal, Lisboa 1999.
- C. MERA, Rivoluzione armata in Spagna. Memorie di un anarco-sindacalista, Catania 1978.
- M. MESQUITA-J. REBELO, O 25 de abril nos media internacionais, Porto 1994.
- J. PACHECO PEREIRA, Álvaro Cunhal, uma biografia política, Lisboa 1999.
- J.C. PEREIRA BASTOS, Cooperativas depois de Abril. Uma força dos trabalhadores, Coimbra 1977.
- F. QUINTAL, Palavras Veementes, Lisboa 1988.
- RODRIGUES-C. BORGA-M. CARDOSO, O movimento dos capitães e o 25 de abril, Lisboa 1974.
- E. RODRIGUES-L. PORTELA, Na inquisição de Salazar, Rio de Janeiro 1957.
- E. RODRIGUES, O Despertar Operário em Portugal (1834-1911), Lisboa 1980.
- E. RODRIGUES, Os Anarquistas e os Sindicatos, Lisboa 1981.
- E. RODRIGUES, A Resistência Anarco-Sindicalista em Portugal (1922-1939), Lisboa 1981.
- E. RODRIGUES, A Oposição Libertária à Ditadura (1939-1974), Lisboa 1982.

- E RODRIGUES, História do Movimento Anarquista em Portugal,
www.agrorede.org.br/ceca/edgar/AnarPort.html
- E. RODRIGUES, O Porto Rebelde, Porto 2001.
- A. RODRÍGUEZ, Os anarquistas e os sindicatos: Portugal 1911-1922, Lisboa 1981.
- F. SALGUEIRO MAIA, Capitão de Abril, Lisboa 1994.
- M.A. SAMARA, Verdes e Vermelhos - Portugal e a guerra no ano de Sidónio Pais, Lisboa 2002.
- E. SANTANA, História de um atentado - O atentado a Salazar, Mem Martins 1976.
- E. SANTANA, Memórias de um militante anarco-sindicalista, Lisboa 1982.
- O.SARAIVA DE CARVALHO, Alvorada em Abril, Lisboa 1977.
- M.J. DE SOUSA, O sindicalismo em Portugal. Esboço histórico, Lisboa 1931.
- M.J. DE SOUSA, O sindicalismo em Portugal, Porto 1974.
- M.J. DE SOUSA, Últimos tempos de acção sindical livre e do anarquismo militante, Lisboa 1989.
- M.R. DE SOUSA, O anarquismo hoje: problemas e possibilidades duma prática libertária, Porto 1992.
- P. SCHMITTER, Portugal: do Autoritarismo à Democracia, Lisboa 1999.
- J: SEMPRUN, A guerra social em Portugal, Lisboa 1976.
- A.J. TELO, Decadência e Queda da Primeira República, Vol. VI, Lisboa 1980.
- J. VARELA GOMES, Esta democracia filofascista, Lisboa 1999.
- A. VIEIRA, Almanaque d'A Batalha, Lisboa 1926.
- A. VENTURA, Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal - As convergências possíveis (1892-1910), Lisboa 200.
- P.F. ZARCONE, Portogallo anarchico e ribelle (storia del movimento libertario portoghese), Pescara 2004.